

ATA RESUMO DA III REUNIÃO DO ORDINÁRIA DO CEDCA - CE

DATA: 16/04/2025

HORÁRIO: 13:30 às 16:30h

Local: Sala de Reunião – Rua Jaime Benévolo, 21 – 2º andar - Centro

PAUTA:

1. Abertura – Presidente do CEDCA-CE
2. Apresentação do Orçamento Criança (Execução de 2024 e Previsão para 2025) – 30 minutos
3. Pauta solicitada pelo UNICEF para a apresentação da metodologia da nova edição do Selo UNICEF – 20 minutos
4. Pauta solicitada pelo Movimento dos Conselheiros e Conselheiras Tutelares do Ceará (20 minutos)
5. Informes e considerações da Secretaria-Executiva
6. Apresentação das Comissões Técnicas Permanentes: Comunicação, Garantia de Direitos, Orçamentos e Fundos e Políticas Básicas
7. Informes Gerais
8. Encerramento

DISCUSSÕES:

Pela manhã os conselheiros se reuniram online nas comissões permanentes. À tarde a Presidente Lorena Vitor inicia a reunião saudando a todo(a)s, informando que todas as comissões se reuniram pela manhã, em seguida passa para uma rodada de apresentação, e informa que a primeira pauta seria da Seplag, como a mesma ainda não chegou, será passado para a pauta do Selo UNICEF e passa a palavra para a Sra. Madeline do Unicef que apresentou uma das iniciativas do UNICEF, que é o selo UNICEF, onde acredita que todo mundo aqui tenha conhecimento e quais seriam as interseções possíveis, que estão em um processo de aproximação com o estado em geral. O selo é uma iniciativa de incentivo à política pública municipal. A metodologia do Selo é dividido em três eixos: eixo 1 de resultados sistêmicos; eixo 2 de participação e gestão e eixo 3 de indicadores de de impacto proteção contra as violências. Cada um desses eixos, saem metas, resultados e atividades que está constante no guia. A próxima edição do selo vai ser lançada dia 28 de abril próximo. O indicador 3, que é o de proteção contra as violências, desde a edição passada, o UNICEF trabalha tentando implementar e fortalecer a Lei 3.431, que é a Lei da Escuta Protegida e foi exigido dos municípios criassem os comitês de gestão que estão previstos na lei e comprovasse a criação, totalizando 162 municípios com o comitê criado, porém apenas 109 estavam em funcionamento e 53 sem funcionar. O UNICEF entende que a principal conquista dessa lei é uma reorganização do sistema. É buscar que o sistema consiga dar resposta às situações de violência sem

revitimização. Infelizmente, a lei ficou muito mais conhecida como lei da escuta especializada, do depoimento e ficou menos percebido que a intenção da lei, que é reorganizar o sistema, reconectar as instâncias, criar fluxos, protocolos, para que consiga dar uma resposta melhor em razão do interesse maior da criança. Porém os municípios tiveram muitas dificuldades de incluir o sistema de justiça e segurança pública nos comitês e a promoção do uso qualificado do SIPIA. Então, o maior desafio para os municípios hoje é colocar os comitês para funcionar. Além do parceiro implementador, que dão assessoria técnica, fazem acompanhamento presencial e online e fazem capacitações, o Unicef também disponibiliza plataformas de capacitação e assessoria técnica ao município. O desafio agora, os municípios precisam, agora, cuidar de elaborar os seus fluxos, os seus protocolos, fazer adesão da gestão ao SIPIA, o cadastro dos conselheiros do SIPIA, o uso qualificado do SIPIA e dar seguimento ao acompanhamento da devida implementação da lei da escuta. O UNICEF está pensando em formar um GT para a implementação do selo, a ideia é ter um grupo, a nível de Estado, para acompanhar a implementação do selo, dentre os participantes estaria o CEDCA. A proposta do UNICEF é que daria para o CEDCA, participar da gestão do comitê, fazer capacitação com os conselheiros tutelares, que já é rotina do Conselho, contribuir com o UNICEF o advocacy para promover vigilância socioassistencial em comunidades indígenas e quilombolas e aproximação com os CMDCA's em municípios com essas comunidades. (Apresentação anexa). Terminada a fala da representante do UNICEF, a Presidente Lorena Vitor informa que teve uma reunião junto com a secretária executiva do CEDCA Conceição Nunes, a presidente Lorena Vitor com o Sr Rui Aguiar e Técnica Madeline do UNICEF, sobre a participação do CEDCA nesse GT e surgiu essa oportunidade para que eles apresentassem como funciona o SELO UNICEF, além de outros assuntos como o SIPIA, se seria uma capacitação promovida pelo UNICEF, ou se conseguiríamos unificar com a Escola dos Conselhos, que já está trabalhando muito bem aqui com o CEDCA. Sobre essa questão da vigilância socioassistencial por matriciamento, divulgar, regulamentar resoluções, questão orientativa, mas acredita que o ponto inicial seria a participação do CEDCA nesse GT. A Sra Madeline cita ainda que trouxe essa apresentação para que pudessem pensar juntos quem iria participar e a partir de quando, com que frequência esse GT vai se reunir, quantas pessoas do CEDCA deverão participar, visto que não é só o CEDCA que forma esse GT, tem outras instituições, outros órgãos que participam. A secretária-executiva Conceição Nunes explana que sempre houve um diálogo com o UNICEF desde a primeira edição de 1999 até 2001 e a cada nova edição há uma conversa entre CEDCA e UNICEF, que procura seguir tudo o que o conselho delibera. Mesmo tendo perdido um pouco da regionalidade, quando o selo se tornou nacional, vindo muitas demandas do escritório em Brasília. Hoje é o CMDCA que assina por ser formulador da política da infância, o fortalecendo o selo, a questão dos espaços, da estrutura do conselho, dos conselhos tutelares que também estão no selo e, por último, entrou o SIPIA, porque esse selo trabalha com indicadores, com informações e com melhorias. Obviamente, o sistema que é específico, exclusivo e dedicado aos conselhos tutelares, têm que ser valorizados e têm que ser levados em conta, porque o SIPIA não é levado em conta aqui do Ceará e outros estados, principalmente do Norte. A avaliação que foi feita o ano passado, a nível nacional, do Conanda e a nível Local com o Coordenador do Unicef Sr Rui Aguiar e a Sra Madeline, foi a questão do descompasso entre a coordenação técnica Estadual de Informações para Infância e Adolescência

- SIPIA, o CEDCA e o UNICEF. Entendemos que esse descompasso, foi em parte, por conta das orientações que fecham em Brasília e que o escritório aqui fica sem gerência para isso. Por isso, CEDCA, enquanto coordenador do Núcleo Gestor do SIPIA e da Coordenação Técnica Estadual - CTE, levou a Brasília, que no Ceará, a regionalização, que o CEDCA trabalha em parceria e em conjunto com todas as instâncias, inclusive, chancelando e coordenando através do núcleo gestor da escola de conselhos. Essa escola de conselhos, desde 2011, foi criada e vem capacitando conselhos tutelados com a chancela da universidade, do Ministério Público, e foi nessa perspectiva que foi apresentado uma série de sugestões, enquanto CTS, a Secretária-executiva Conceição Nunes e Técnica Nila Veloso, coordenadoras Técnicas, apresentaram ao Ministério Público, a insatisfação e a avaliação do selo. Ele foi bom, porém precisa melhorar, senão o resultado será feito maquiando e driblando para poder cumprir as metas do selo, mas na prática não funcionará. Então CEDCA e UNICEF precisam juntar esforços para melhorar e agregar expertise para que as coisas realmente saiam do papel e essa integração a nível estadual, não faz parte do Brasil. É uma conquista do CEDCA Ceará com o UNICEF e trazendo a Escola de Conselhos, que já foi passado para a professora Andréa Luz e para a professor Horácio Frota. A presidente complementa que também levou a questão da formação hoje, do selo UNICEF, como ele ocorre, pede-se pensar na organização e funcionamento dos NUCAS, a potencialização da criação dos Comitês de Participação de Adolescentes - CPA, uma maneira de unificar esses dois grupos que são formados por adolescentes que tem voz, que tem participação ativa nos municípios.. O Conselheiro Tutelar Júlio César, membro do Movimento dos Conselheiros e Conselheiras Tutelares do Ceará, pediu a palavra para fazer uma sugestão, sobre quando se tratar de diálogos com os Conselhos Tutelares, tratar diretamente com os conselheiros, pois infelizmente há muita animosidade entre CMDCA's e Conselhos Tutelares e Gestão e Conselhos, coisa que não deveria ter, e sua preocupação é que os conselheiros precisam utilizar a ferramenta do SIPIA e devido a essas desavenças, algumas demandas que se arrastam há 35 anos, desde que o estatuto foi implementado, e que as capacitações sejam contínuas e interruptas, visto que há troca de conselheiros a cada quatro anos. Cessando as perguntas sobre o tema, a presidente informa que já tem quorum na reunião. Aproveita e registra a presença da Promotora de Justiça, Dra. Antônia Lima, que estava a frente da 78ª promotoria da Infância e Adolescência e que está saindo, por motivos de força maior e em consequência deixa de acompanhar o CEDCA e a que por questão de justiça e agradecimento pelo tempo no convívio do Conselho prestamos uma pequena homenagem por toda a contribuição em prol da garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes e em nome do Colegiado entrega uma placa para homenagear a pessoa e profissional que tanto contribuiu por essa luta em prol do Sistema de Garantia de Direitos. Retomando a pauta, a presidente Lorena Vitor, passa a palavra para a Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG na pessoa da Sra. Luciana Moura e Sr. Alisson da Coordenadoria de gestão orçamentária da secretaria e como foi solicitado que enviassem algumas informações sobre a execução da política da criança e adolescente em 2024 e a previsão para 2025, esse orçamento da criança e do adolescente é considerado um tema transversal dentro do planejamento do estado, pois é uma tema que perpassa por vários órgãos do estado. (Documentos anexados) A Conselheira Mônica Sillan questionou sobre qual percentual o orçamento da criança e adolescente representa sobre o orçamento geral do governo, a Sra.

Luciana Moura informa que sobre o orçamento de 2025, representa de 2 a 3%, precisa fazer o cálculo direitinho, mas é mais ou menos esse percentual, mas a Mônica Sillan quer saber o percentual de execução de 2024, porém não tem como a SEPLAG informar essa percentual. A Conselheira Mônica Gondim, diz como faz parte da execução do estado, sabe como é feito o planejamento e da forma como o orçamento está posto no ano passado, a Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG, não tem como informar esse percentual, pois em cada secretaria tudo relacionado a criança é colocado no orçamento, por exemplo, construção de escola, toda a despesa com o hospital Albert Sabin entra no orçamento criança, então o orçamento para ações normativas para criança, esse tipo de orçamento, a Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG não tem como dar essa transparência, o que vai dar transparência são as ações do governo, o programa Mais Infância sinaliza, Proteção Social Básica e especial também sinaliza. Então sugere que o colegiado veja com as comissões da Assembleia Legislativa que pudesse ser colocado dentro do orçamento, aprovando algo que pudesse colocar nas siglas do orçamento, dentro do guardião (sistema que deveria fazer todo o filtro sobre o que é orçamento criança) e precisaríamos resgatar como o orçamento era feito antigamente. A Sra. Luciana Moura informa que como é feito essa apuração do orçamento, existem ações que contribuem diretamente a criança, mas outras podem atender também a outro público, então o orçamento como é hoje, dentro de cada órgão, eles que informam dentro do sistema da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG, que ações da política deles contribui para criança e adolescente e são essas ações que formam o demonstrativo que chega no valor total, então dentro do orçamento existe continuações diretas e indiretas. A Presidente Lorena Vitor questiona se dentro da metodologia atual, tem como saber o que é a parte de infraestrutura e o que é a parte de gestão. O servidor Ailson Alves informa que o demonstrativo mostra a nível de ação e dentro de cada ação orçamentária, tem como separar o que é custeio e o que é investimento. O conselheiro Reginaldo informa que precisam de tempo para analisar e entender os processos, para ter uma definição mais clara onde estão os investimentos. Informa ainda que existe uma proposta de emenda constitucional que está na assembleia legislativa, de autoria da Deputada Estadual Larissa Gaspar, que pede identificação do que é investido na infância, mas apenas para crianças de 0 a 6 anos (Primeira infância), então o CEDCA deveria propor que fosse colocado de 0 os 17 anos, propõe que a comissão de orçamento e fundos se reúna com a deputada para indicar uma emenda a essa proposta ampliando essa idade, ficando mais fácil identificar onde os investimentos estão sendo feitos para criança e adolescente. A Conselheira Mônica Sillan questiona se existe a possibilidade da organização desse orçamento, a criação de uma ferramenta que este conselho compreenda o que foi orçado e o que foi executado e se dentro desse mecanismo quer uma prerrogativa desse colegiado poder fazer o acompanhamento não apenas conhecer o orçamento, mas também acompanhar a execução dele, que seja de fácil acesso. A Sra. Luciana Moura que é da área de gestão orçamentária, e precisaria ver com o setor de planejamento orçamentário, porque tem toda a estrutura do PPA do estado, de como é a política pública é montada, tem que ser dentro do que já é montado dentro da política pública, dentro dos programas e dentro dos temas, porque como falado esse é um tema transversal, precisa de montar uma metodologia para chegar no demonstrativo específico para criança e adolescente e isso não está posto dessa forma. A Conselheira Raquel Vieira conclui que a metodologia atual

utilizada pela Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG não favorece a transparência de onde o orçamento criança e adolescente está sendo aplicado, está sendo muito amplo como está. A Conselheira Mônica Sillan sugere que os documentos enviados pela Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG sejam enviados para comissão de Orçamento e Fundos do CEDCA, para que analisem os dados informados e a metodologia, caso necessário levar até a Deputada Larissa Gaspar na Assembleia, para que volte a metodologia antiga, onde todos possam enxergar o que é orçamento criança e adolescência no estado do Ceará, nem que precise mudar a lei. A Presidente Lorena Vitor, pediu que mostrasse o valor da previsão orçamentária na LOA para 2025 e foi informado que era R\$ 894.803.000,00 (Oitocentos e noventa e quatro milhões, oitocentos e três mil reais) e já foi executado até a data de hoje R\$ 220.000.000,00 (Oitocentos e vinte milhões de reais). A conselheira Mônica Gondim propõe que solicitemos a articulação da Casa Civil para conseguir juntos as setoriais os dados atualizados da execução orçamentária voltada à criança e ao adolescente no exercício de 2024 e as informações sobre a previsão orçamentária para o exercício de 2025, incluindo ações, programas e investimentos destinados à proteção e promoção dos direitos da infância e adolescência, pois com certeza eles tem como agilizar junto as setoriais. O conselheiro Reginaldo Pereira ficou de falar com a Deputada Larissa Gaspar sobre a emenda e convidá-la ou um assessor para a nossa reunião ordinária e nessa reunião ela apresentaria a proposta, onde seria solicitado a inclusão de mais idades na proposta dela. Concluída a pauta a presidente passa para a pauta solicitada pelo Movimento dos Conselheiros e Conselheiras Tutelares do Ceará, na pessoa do conselheiro tutelar Júlio César, onde apresentou uma pesquisa com os conselhos tutelares em 141 municípios e vem ao Conselho apresentar o resultado da pesquisa sobre as condições de trabalho dos conselheiros tutelares e pedir apoio do conselho na luta por melhorias de salários, benefícios e condições de trabalho nos municípios. (Apresentação Anexa) Terminada a apresentação, o conselheiro Reginaldo Pereira, lamenta a situação e cita a falta de investimento em ação social, fala ainda que os conselhos tutelares fazem parte da política da infância e é preciso verificar o que o CEDCA pode fazer para apoiá-los. Pois mesmo na capital, que possui condições um pouco melhor de trabalho, mas que atendem mais famílias do que seria possível, então cabe ao CEDCA tomar uma iniciativa para garantir que haverá mais investimentos nessas áreas prioritárias para a infância e adolescência e garantir a qualidade do trabalhador nessa área. A Conselheira Betânia pede a palavra para expressar sua preocupação com a situação dos conselheiros tutelares, pois a SEDUC é a responsável pela rede de proteção nas escolas e está tendo um movimento junto ao ministério público nos 184 municípios que assinaram um acordo de cooperação para a implantação do PREVINE, e na orientação da SEDUC nas escolas, o conselho tutelar é estratégico para eles no fluxo do programa, pois a escola notifica por e-mail direto para o conselho tutelar e eles precisam estar empoderados para que o fluxo funcione. Por isso está preocupado em como o Conselho ou a comissão de garantia de direitos vai se posicionar em relação essa situação juntos aos conselheiros. A Presidente Lorena Vitor compartilha com essa preocupação e garante que essa pauta irá continuar dentro da comissão de Garantia de Direitos, pois não será nesta reunião que poderá ser finalizado tudo o que precisa ser dito e resolvido. A Conselheira Mônica Sillan sugere ainda no âmbito do colegiando para deliberar que um ou dois membros do Movimento dos Conselheiros e

Conselheiras Tutelares do Ceará, possa compor o GT criado pelo conselho que irá discutir uma antiga resolução sobre as competências do conselho tutelar e de suas condições de atuação dentro do estado do Ceará, que está vencida e precisa ser revisada. Aproveita e diz e o UNICEF em nível nacional está solicitando uma consultoria da ONU para que pudesse fazer uma revisão de protocolos éticos para o conselho tutelar que precisa ser discutido no GT. Outro ponto seria que esse colegiado fizesse uma provocação ao Ministério Público do Trabalho na pessoa do Dr. Antônio Lima, para que ele pudesse observar essas questões sobre as condições de trabalho dos conselheiros tutelares e como é uma questão coletiva, o CEDCA poderia solicitar essa pauta junto procuradoria do trabalho no Ceará em nome de todo o colegiados. Outra questão no âmbito do colegiado que poderá sair dessa reunião, solicitar uma audiência pública junto a assembleia legislativa para que possam debater sobre essas condições e apontar alguns caminhos que poderiam uniformizar essas questões, pois apesar do conselho tutelar ser um órgão criado por lei federal, não podem ferir isso, porém existem algumas lacunas, e nessa audiência poderiam apontar algumas soluções que não firam o dispositivo nacional, mas que dê condição de dar uma tratativa geral no estado do Ceará. O Conselheiro tutelar Júlio César informou que dialogou com o Deputado Renato Roseno e teria uma proposição de audiência publica no período do aniversário do ECA e se realmente for aprovado o CEDCA poderia fortalecer. A Conselheira Mônica Gondim concorda com tudo o que foi falado, mas queria agregar algo com uma reflexão, pois já acompanhou todos os processos de escolha dos conselhos tutelares, desde quando a sociedade e os municípios não queria os conselhos tutelares, quando foi feita várias campanhas para que se existisse esses conselhos, depois houve um empoderamento dos conselhos e o período atual de total precarização do conselho tutelar, em termos financeiros e de investimento no potencial de leitura e de empoderamento de conselheiros. E quando passamos por crises como essa, quando tem uma falta de recursos, há atrelado a isso uma campanha de desqualificação dos conselhos tutelares e como faz parte da proteção social especial, o seu trabalho é ingrisicamente atrelado ao conselho tutelar, pois trabalha com serviço de acolhimento com casos absurdos, e um dos atores mais importantes do sistema de garantia de direitos é o conselho tutelar, tudo o que acontecer com criança e adolescente é com o conselho tutelar. Sabe que parece contraditório pois o CEDCA com a escola de conselhos com a capacitação sendo realizada, como falar da falta de capacitação? Mas o pior é que tem que ser colocado isso, pois o índice de precarização do trabalho com certeza vai ser o percentual de quem não está conseguindo dar conta do trabalho e nem se estimular para se capacitar, então acredita que a campanha deveria ser atrelada uma coisa a outra para dar corpo e justificar, para não ficar apenas a reivindicação de salário, mas também de estímulo para se capacitar. Precisa saber também se nesses municípios ele têm retaguarda, existe o CEMARIS - Censo e Mapa de Risco Pessoal e Social do Estado do Ceará, pois o governo do estado tem o marco zero para co-financiar políticas públicas, com o objetivo de nortear a implantação de serviços regionalizados; cofinanciar a proteção social especial junto aos municípios de acordo com a hierarquização dos riscos pessoal e social; definir e acompanhar os indicadores de monitoramento e avaliação de eficiência, eficácia e efetividade da proteção social especial; e subsidiar o planejamento das ações a serem desenvolvidas, seja no âmbito do assessoramento aos municípios ou nas executadas pelo estado junto aos usuários da política de assistência

social, bem como, o planejamento das ações de âmbito municipal , que é preenchido anualmente, e às vezes o município tem diversos casos, mas não tem notificação, e muitas vezes o prefeito não entende porque não são notificados, pois tem conselho de tutelar, tem Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, etc. pois isso a importância da comunicação entre o conselho tutelar e a gestão, pois sem dados a gestão não tem como melhorar as condições do município. Ela acha importantíssima a solicitação do movimento, mas precisa fazer uma interligação com as lacunas da precarização do serviço. A secretária-executiva pede fala para informar que este mês esteve em Brasília para o Encontro Nacional das Escolas de Conselhos, foram convidados os Conselhos Estaduais da Criança e do Adolescente, Associação dos Conselheiros tutelares de cada região que enviou alguns conselheiros tutelares, as universidades e os membros de Brasília e esse foi um dos assuntos mais debatidos, onde apontaram as disparidades citadas acima, incluindo a prisão por um delegado de um conselheiro tutelar de Guarulhos no exercício do atendimento, como também em outras regiões, e a Secretária Nacional do Ministério dos Direitos Humanos Sra. Pilar Lacerda representou a ministra Macaé Evaristo, recebeu um documento com uma proposta do CONANDA de articular com os outros conselhos: Conselho Nacional do Ministério Público, Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional dos Defensores e Defensoras e Conselho da Segurança Pública, o CONANDA articula enquanto conselho e o MDH e a Secretaria Nacional, vai instituir protocolos e fluxos para evitar e proteger os Conselheiros Tutelares dentro da sua função. A questão salarial até foi tratada, mas ela não foi forte, o que foi tratado fortemente foi a função e o papel de cada um para evitar que estejam fazendo oitivas, colocando suas vidas em risco e evitando que sejam presos. Por isso é importante a discussão pela Comissão de garantia de direitos, pois vai sair uma recomendação do CONANDA com protocolos e agora com esse do UNICEF. O CEDCA já está trabalhando nesta resolução que será um suporte maior para isso. A Conselheira Tutelar Vitória Glenda pede a palavra para agradecer ao CEDCA pelo momento e de acolher todas as demandas do movimento e parabenizar pela Formação dos Conselheiros Tutelares realizada pelo CEDCA e sugerir pós formação que se pense em um modelo unificado com compilado de dados relacionados a criança e adolescente, porque é complicado enquanto conselheira tutelar, fazer a utilização do SIPIA, fazer o recebimento de ficha do SINAN, fazer a utilização do OISOL e é só chegando novos aplicativos para alimentar e eles não conseguem acompanhar e os sistemas não dialogam. Encerrando o debate a presidente reflete sobre o adiantado da hora, pois ainda teria a pauta das Comissões Permanentes e propõe que não seja discutida hoje, apenas uma que é bem detalhada e necessária que é a Revisão dos Planos, passando a palavra para a Conselheira Mônica Sillan, que informa que conseguiu submeter dois planos as comissões que acompanham os planos, que foi concluída a análise da consulta pública do plano de enfrentamento à exploração de criança e adolescente, o Plano Decenal de Direitos Humanos de Criança e adolescente já foi todo revisado e já está na sistematização dentro do documento, mas não foi apreciado o resultado que veio consulta pública do Plano de Convivência Familiar e Comunitária, pois a comissão não conseguiu se reunir e é preciso reagendar, pois está atrasando os trabalhos. A secretária executiva sugeriu que todos peguem o plano que já conhecem e colocar em vermelho, pois são poucas sugestões que foram propostas. A reunião fica agendada para sexta-dia dia 25/04 às 14hs. Concluída essa pauta a Presidente Lorena Vitor encerra a

presente reunião da qual será lavrada a presente Ata por mim, Maria da Conceição Nunes, Secretária Executiva do CEDCA. E nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. Fortaleza, 24 de abril de 2025.

ENCAMINHAMENTOS:

- 1- Enviar ofício para Casa Civil para conseguir juntos as setoriais os dados atualizados da execução orçamentária voltada à criança e ao adolescente no exercício de 2024 e as informações sobre a previsão orçamentária para o exercício de 2025
- 2- Enviar ofício para a Deputada Estadual Larissa Gaspar sobre a emenda constitucional

DELIBERAÇÕES:

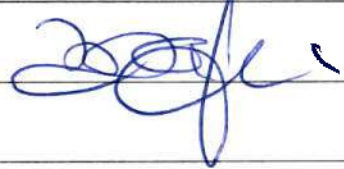
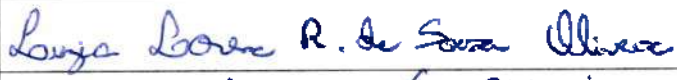
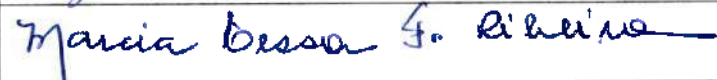
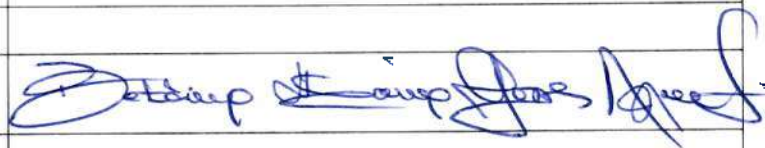
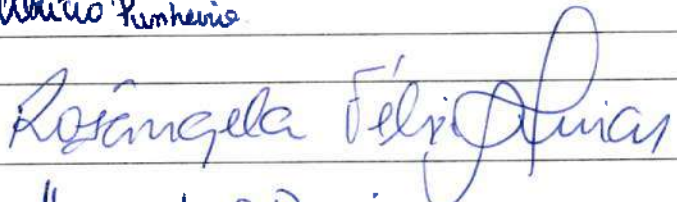
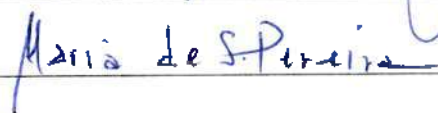
- 1- Reunião da Comissão do Plano de Convivência Familiar e Comunitária dia 25/04 às 14hs
- 2- Enviar ofício para o Movimento dos Conselheiros e Conselheiras Tutelares solicitando representação para o comitê estadual de gestão colegiada da rede de cuidado e proteção social das crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência



ASSINATURA DA SECRETÁRIA EXECUTIVA

Anexa a essa ATA RESUMIDA, frequência do Colegiado e convidados como parte integrante

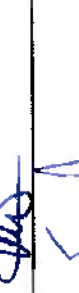
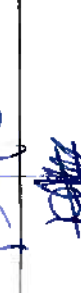
COLEGIADO BIÊNIO 2024-2025
III REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEDCA/CE
16 DE ABRIL DE 2025

CONSELHEIROS ESTADUAIS OSC's- BIÊNIO 2024-2025			
01	Secretaria Da Proteção Social – SPS	Mônica Regina Gondim Feitoza	
		Maria Dagmar de Andrade Soares	
02	Secretaria do Desenvolvimento Econômico – SDE	Ana Joana Viera Coutinho Domingos	
		Luzia Lorena Ribeiro de Sousa Oliveira	
03	Secretaria da Saúde - SESA	Márcia Lessa Fernandes Ribeiro	
		Priscilla Cunha da Silva	
04	Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS	Patrícia Vieira Sena	
		Demitri Nóbrega Cruz	
05	Secretaria da Educação – SEDUC	Ana Lúcia Silva Farias	
		Betânia Maria Gomes Raquel	
06	Secretaria da Cultura – SECULT	Luciana Martins Ferreira	
		Isabela Correia de Araújo	
07	Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG	Márcia Maria Soares Gurgel	
		Arcia Pinheiro Castelo Branco	
08	Secretaria do Esporte – SESPORTE	Rosângela Félix Aguiar	
		Roberto César Lima da Silva	
09	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE	Maria de Sousa Pereira	
		Andréa Maria Silva Oliveira	
10	Secretaria de Turismo – SETUR	José Rômulo Magalhães Aguiar	
		Luiz Carlos da Costa	

11	Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA	Maria Iris Tavares Farias	
		Viviany Maria Mota Macedo	
12	Agência de Desenvolvimento Econômico Local - ADEL	Glaucio Bezerra Gomes	
		Leyddineth Freitas dos Santos	
13	Associação Beneficente da Criança e do Adolescente em Situação de Risco – PASTORAL DO MENOR	Maria de Fátima Nogueira de Oliveira	
		Maria Lidiany Santos Nogueira	
14	Associação de Combate ao Câncer Infanto Juvenil – PETER PAN	Michele Silva Holanda	
		Maria Socorro Rodrigues Shibuya	
15	Associação para o Desenvolvimento dos Municípios do Estado do Ceará - APDMCE	Suellen Fortaleza Pinheiro	
		Janaína Fernandes de Oliveira	
16	Centro Educacional da Juventude Padre João Piamarta - PIAMARTA	Maria do Socorro Martins de Lima	
		Viviane Eleutério Simões	
17	Frente de Assistência a Criança Carente - FACC	Mônica Sillan De Oliveira	Mônica Sillan De Oliveira
		Francisco Andreisson Alves Quintela	Francisco Andreisson Alves Quintela
18	Instituto de Arte e Cidadania do Ceará – IAC-CE	Lorena Vitor Loureiro	Lorena Vitor Loureiro
		Vitória Gabriela Chagas Oliveira Maciel	Vitória Gabriela Chagas Oliveira
19	Lar Fabiano de Cristo	Regina Coele Bezerra Moreira	
		Antônia Fátima Souza de Alcântara	Antônia Fátima Souza de Alcântara
20	Rede Cidadã	Ana Suelen da Silva Costa	Ana Suelen da S. Costa
		Maria Thaianna Barbosa Simplicio	
21	União Norte Brasileira de Educação e Cultura – Escola Marista Sagrado Coração	Francisca Camila Gonzaga Freitas	Francisca Camila Gonzaga Freitas
		Glícia Maria Passos Santos	Glícia Maria Passos Santos
22	Visão Mundial	Reginaldo Pereira da Silva	Reginaldo Pereira da Silva
		Irinéia Raquel Vieira	Irinéia Raquel Vieira

III REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEDCA/CE

FOLHA DE PRESENÇA CONVIDADOS - 16 DE ABRIL DE 2025

Nº	NOME	ENTIDADE	TELEFONE	ASSINATURA
1	JACKSON PATRICK DE CASTRO BEZERRA	CONSELHO TUTELAR	88193825495	
2	Júlio César Almeida da Silva	Movimento da Criança Tutelar-CE	(88) 994614178	
3	FABRIZIO SOUZA DA SILVA	CONSELHO TUTELAR/GOVERNADORIA	(88) 99633-1144	
4	Maídeleyne Almeida Monteiro	UNICEF	85996047559	
5	Vitória Gomes Oliveira de Lima	Conselho Tutelar de São Paulo	89738761	
6	Franisco Alisson Alves S. Filho	Seplog-CE	85-988998786	
7	Isaciana C.F. Moura	SEPLATG-CE	85-988493753	
8	Christiane Oliveira dos Santos	CEDCA I SPS	85-985190657	
9	Antônia Maria Gomes	MPCE	988046911	
10	Maria Regina Távora de Carvalho	CEDCA I SPS	99911 0008	
11	Guilherme Soares da Silva	CEDCA/SPS	85992300231	

COMITÊ DE PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTE DO CEDCA - CE BIÊNIO 2024-2025
III REUNIÃO ORDINÁRIA - CEDCA/CE
FOLHA DE PRESENÇA - 16 DE ABRIL DE 2025

	ENTIDADE	ADOLESCENTE	ASSINATURA
01	União Norte Brasileira de Educação E Cultura - UNBEC	Ester Duarte Matos	
02	Associação Unidos para o Progresso	Maicon Gabriel Rodrigues da Costa	
03	Associação Projeto Paz e União	Jair Nunes Sousa	
04	Escola de Desenvolvimento e Integração Social para Criança e Adolescente	Maria Jaqueline Pitombeira Oliveira	
05	Associação Arte Vida	Victória Flávia da Cunha Pacheco	
06	Conselho Municipal Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente de Aratuba - CE	Deivison Lucas Diógenes Carneiro	
07	Conselho Municipal Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente de São João do Jaguaribe - CE	Lunna Caroline Oliveira de Sousa	
08	Conselho Municipal Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente de Icó - CE	Julia Mariah Ramos Fontinelle	
09	Conselho Municipal Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente de Horizonte - CE	Kethillyane Da Silva Martins	
10	Secretaria de Assistência Social de Paraipaba	José Ricardo Silva Oliveira	<i>Jose Ricardo S.O.</i>
11	Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Capistrano - CE	Raylla Alves Ferreira	
12	Associação do Instituto Santa Cecília	Aline Vitoria Castro de Vasconcelos	
		Aquiles Almeida Lima	
		Gabriel de Lima Matos	
		Heleen Cristina Paulino da Silva	

Programa de País 2024-2028 UNICEF



Visão

Apoiar o Governo a criar e implementar de políticas públicas equitativas e sustentáveis com foco em alcançar as crianças e adolescentes mais vulneráveis, para que elas possam ter seus direitos e bem-estar garantidos, desenvolvendo todo o seu potencial em uma sociedade inclusiva e protetora.

- Fundamentado no Marco de Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (United Nations Sustainable Development Cooperation Framework) 2023-2027

Áreas Prioritárias de Atuação (2024-2028)



Saúde

- a. Imunização
- b. Nutrição
- c. Saúde de Adolescentes (incluindo saúde mental e dignidade menstrual)



Educação

- a. Acesso à Educação
- b. Aprendizagem
- c. Transição positiva para o mundo do trabalho



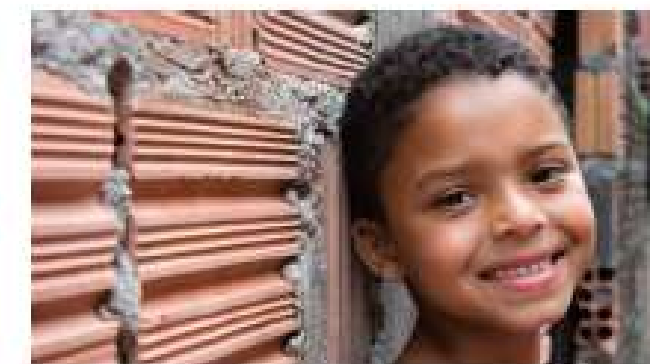
Proteção contra violências

- a. Prevenção da violência
- b. Homicídios e violência baseada em gênero (SGBV)
- c. Acesso à justiça



WASH e mudanças climáticas

- a. Acesso a serviços de água, saneamento e higiene (WASH)
- b. Crianças, Clima, Meio Ambiente e Redução de Riscos de Desastres



Proteção Social

- a. Orçamento público para crianças
- b. Proteção social
- c. Governança local

Comunidades afrodescendentes, indígenas e de comunidades tradicionais (ribeirinhas e quilombolas); crianças e adolescentes com deficiência, migrantes e refugiados, crianças e adolescentes afetados por crises humanitárias e desastres

Regiões Norte e Nordeste e áreas urbanas afetadas por violência armada em 8 capitais

Presença no território

Selo UNICEF

Parcerias e apoio técnico
para acompanhar 7
indicadores sociais
em **2.023** municípios
do Norte e Nordeste.



Agenda Cidade UNICEF

Promoção e integração
de políticas para crianças,
adolescentes e jovens com
foco em 4 indicadores em
8 capitais.



Presença do UNICEF no Ceará



1950

Chegada do UNICEF no Brasil e no Ceará – ação em Pacatuba com as parceiras. O embaixador mais antigo do UNICEF no Brasil, Renato Aragão, também é do Ceará, desde 1991.



1986

Instalação do escritório do UNICEF em Fortaleza, a convite do ex-governador Tasso Jereissati, para apoiar o programa Agente Comunitário de Saúde.



1991-1999

Expansão da educação infantil/ aumento da oferta de creches. O debate sobre a municipalização da educação infantil culmina no Selo UNICEF (1999) e na criação da Undime, Aprece, APDMCE, Coegemas e Cosems.



2004

Desenvolvimento do PAIC – alfabetização na idade certa.



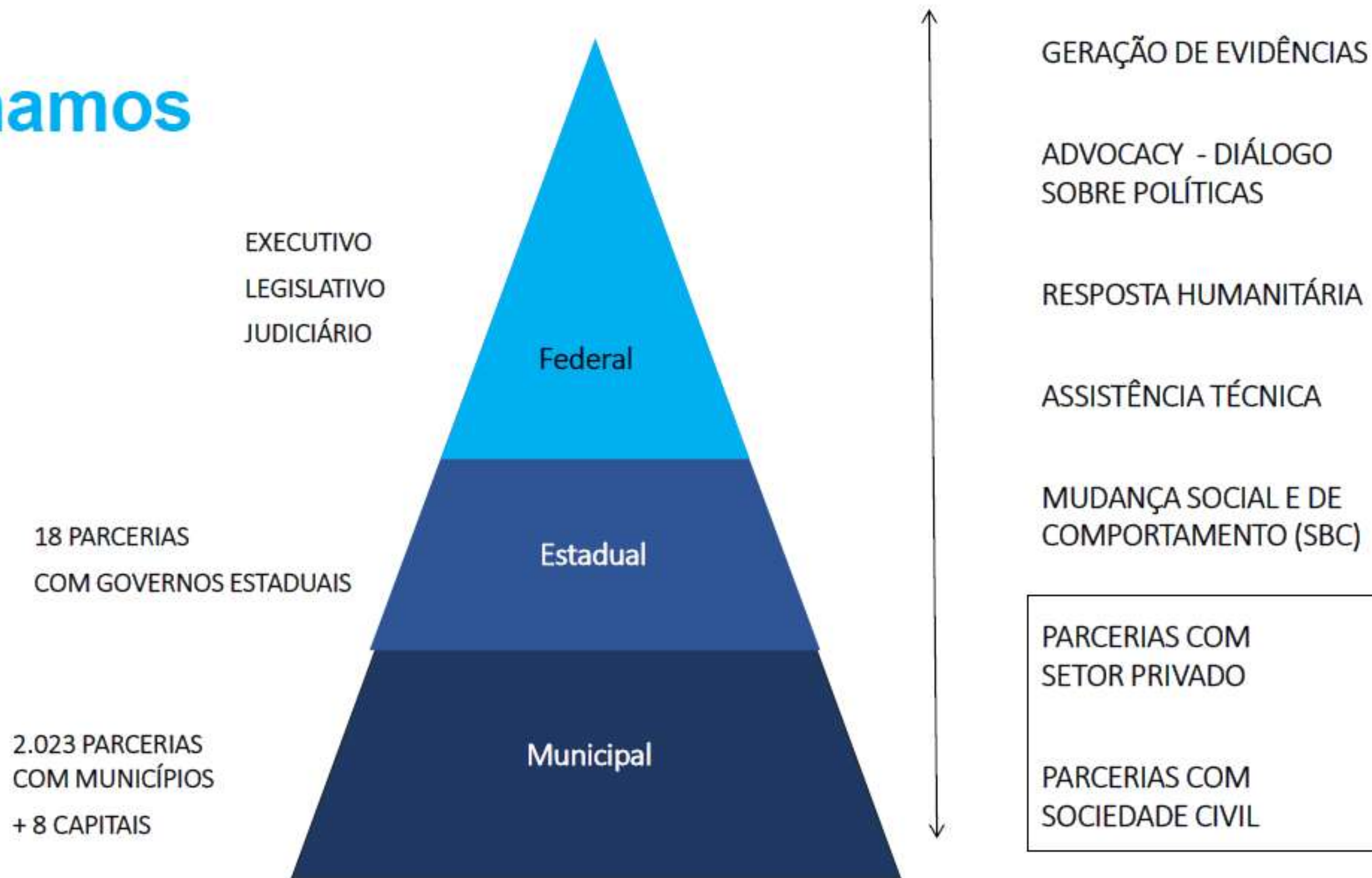
2016

Instituição do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência.

Outras iniciativas

	Iniciativa para encontrar, matricular e garantir a permanência de crianças e adolescentes fora da escola
	Combate ao fracasso escolar e à distorção idade-série em redes estaduais de ensino
	Identificação, encaminhamento e monitoramento intersetorial de crianças e adolescentes não-imunizadas
	Capacitação e certificação de unidades de serviços públicos para atendimento à primeira infância
	Treinamento para profissionais de saúde, educação e assistência social para adereçar o racismo na infância
	Incentivo à participação cidadã de adolescentes em coletivos municipais no Norte e Nordeste do Brasil
	Espaço digital de escuta e acolhimento em saúde mental para adolescentes e jovens
	Incentivo à criação de oportunidades de formação e emprego decente para adolescentes e jovens em vulnerabilidade

Como trabalhamos



O que é o SELO UNICEF?



O Selo UNICEF trabalhar junto com os municípios para colocar crianças e adolescentes no **centro das políticas públicas**, garantindo que possam:

1. Desenvolvimento na **primeira Infância**
2. Estar na **escola**, aprendendo
3. Ter acesso a **água e saneamento**, e informação sobre hábitos de higiene
4. Ter oportunidades de **trabalho decente** na adolescência e na juventude
5. Contar com apoio para **saúde mental e bem-estar**, e oportunidades de participação cidadã
6. Ser **protegidas(os)** contra as violências
7. Ter acesso a **proteção social**

2 mil municípios

1.347 no Semiárido Brasileiro
676 na Amazônia Legal Brasileira

onde vivem
17 milhões



metodologia

- 1 **Participação Cidadã e Gestão por Resultados:** ampliação de processos participativos no município e valorização e estímulo a participação de adolescentes.
- 2 **Resultados Sistêmicos:** resultados sustentáveis no município que promovam equidade e assegurem o desenvolvimento humano em todo seu potencial.
- 3 **Impacto Social:** tem como objetivo apoiar o município no diagnóstico, monitoramento e avaliação de sete indicadores que refletem a situação local dos direitos de crianças e adolescentes.



SELO UNICEF EDIÇÃO 2025/2028

EIXO 1 – RESULTADOS SISTÊMICOS

RS1 - SAÚDE E NUTRIÇÃO

RS 2 - EDUCAÇÃO

RS 3 - PROTEÇÃO CONTRA AS VIOLÊNCIAS

RS 4 - ÁGUA, SANEAMENTO, HIGIENE, MUDANÇAS

CLIMÁTICAS E DESASTRES

RS 5 - PROTEÇÃO SOCIAL

RS 6 - IGUALDADE ÉTNICO RACIAL

SELO UNICEF EDIÇÃO 2025/2028

EIXO 2- PARTICIPAÇÃO E GESTÃO

A – FORTALECER A FORMULAÇÃO PARTICIPATIVA DA POLÍTICA PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA E A ATUAÇÃO IMEDIATA NOS CASOS DE AMEAÇA OU VIOLAÇÃO DE DIREITOS

B – PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO E CONTROLE SOCIAL SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS

C – PROMOVER A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ DE ADOLESCENTES E JOVENS

SELO UNICEF EDIÇÃO 2025/2028

EIXO 3- INDICADORES DE IMPACTO PROTEÇÃO CONTRA AS VIOLÊNCIAS

Indicador 3. 1 - Número de crianças e adolescentes que sofreram violência física, psicológica e sexual alcançadas por serviços de saúde, assistência social e/ou justiça/segurança pública (indicador CPD) - fonte do dado: SIPIA, com metas estabelecidas a partir dos registros da saúde e das polícias.

Indicador 3.2 - Número de escolas com práticas de prevenção e resposta às violências (indicador CPD) - fonte do dado: plataforma unificada da área da Educação do UNICEF.

PROTEÇÃO CONTRA AS VIOLÊNCIAS

AA Lei 13431/2017 no Selo UNICEF

Reconhecendo a importância da Lei 13431/2017 para a proteção de crianças e adolescentes contra as violências, o UNICEF Brasil incluiu sua implementação local na última edição do Selo UNICEF (2021-2024), formulada no âmbito do então resultado sistêmico 6, ofertando apoio técnico aos municípios para a realização e comprovação das ações necessárias para a correspondente pontuação. Do mesmo modo, buscando fortalecer a atuação dos Conselhos Tutelares como atores-chave do SGDCA, foi incluído como indicador para o referido resultado o “Número de registros de casos de violações de direitos contra criança e adolescentes reportados no SIPIA por município”, em um esforço de promoção do uso do sistema que logrou resultados importantes em centenas de municípios da Amazônia Legal e do Semiárido Brasileiro.

IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DA ESCUTA PROTEGIDA NO CEARÁ					
			%		
162 Comitês de Gestão Colegiada CRIADOS			88,52		
109 Comitês criados e em funcionamento			67,28		
53 Comitês criados e não funcionando					
Dos 109 em funcionamento, ORGÃO RESPONSÁVEL – 66 CMDCA 26 Secretarias de Assistência Social 16 gabinete prefeito					
53 Comitês criados e não funcionando - 31 CMDCA 14 Sec AS 8 gabinete prefeito					
Vinculados ao CMDCA – 97					
Vinculados à Sec Assistência Social - 40			24,69		
Vinculados ao gabinete Prefeito – 24			14,81		
Composição básica: CMDCA, CT, Secretarias da AS, Saúde e educação					

RESULTADO SISTÊMICO 3 – PROTEÇÃO CONTRA AS VIOLÊNCIAS

Município com capacidade para prevenir e responder às violências contra crianças e adolescentes por meio do aprimoramento da implementação intersetorial (saúde, educação, assistência social, Conselhos Tutelares, justiça e segurança pública) da Lei 13431/2017 e Decreto 9603/2018 e da promoção do uso qualificado do SIPIA pelos Conselheiros Tutelares, alcançando com prioridade, crianças quilombolas, negras e indígenas .

O que o município precisa fazer?

➤ Proteção e assistência social (articulador)

- **AÇÃO PRINCIPAL:** Criar e/ou fortalecer os Comitês de Gestão Colegiada da Rede de Proteção e Cuidado para que aprimorem a implantação das institucionalidades municipais visando garantir a coordenação intersetorial e o atendimento integrado de crianças e adolescentes por meio de: (i) mapeamento de gargalos da rede de proteção e cuidado, incluindo em relação ao acesso à rede por crianças e adolescentes indígenas, quilombolas, migrantes e refugiadas; (ii) elaboração, conclusão e/ou revisão dos **fluxos geral e setoriais** de atendimento integrado, com inclusão de abordagens culturalmente sensíveis para crianças e adolescentes indígenas, quilombolas, migrantes e refugiadas; (iii) elaboração dos **protocolos unificados** de atendimento integrado, com inclusão de abordagens culturalmente sensíveis para crianças e adolescentes indígenas, quilombolas, migrantes e refugiadas; (iv) **adesão** da gestão municipal ao **SIPIA**; (v) **cadastro** dos Conselheiros Tutelares no **SIPIA** (por meio do CMDCA) para garantir que os casos de violência ocorridos no município sejam **registrados e devidamente acompanhados** no sistema . Ao criar e/ou fortalecer o Comitê, é importante que o município inclua, na sua composição, lideranças e/ou organizações indígenas e quilombolas, para que possam contribuir com a construção dos fluxos e protocolos e demais ações adotadas pelo Comitê.
- **AÇÃO COMPLEMENTAR:** Elaborar plano intersetorial de prevenção das violências contra crianças e adolescentes no âmbito do Comitê local de Gestão Colegiada, com participação da área da educação.

GT DE IMPLEMENTAÇÃO DO SELO UNICEF

EDIÇÃO 2025/2028

- **COLETIVOS OU MOVIMENTOS DE PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**
 - **SECRETARIAS ESTADUAIS**
 - **COLEGIADOS DE GESTORES MUNICIPAIS E ESTADUAIS**
 - **MINISTÉRIO PÚBLICO**
 - **DEFENSORIA PÚBLICA**
 - **CEDCA**
 - **OSC de DCA**
- 

SELO UNICEF

EDIÇÃO 2025/2028

- **GT IMPLEMENTAÇÃO SELO**
- **CAPACITAÇÃO CONSELHEIROS TUTELARES**
- **ADVOCACY PARA PROMOVER A VIGILANCIA SOCIOASSISTENCIAL EM COMUNIDADES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS**
- **APROXIMAÇÃO COM CMDCCAs em municípios com comunidades indígenas e quilombolas**

OBRIGADA!

PROMOÇÃO DE DIREITOS NA INFÂNCIA E NA ADOLESCÊNCIA – EXECUÇÃO 2024					
CÓDIGO	ÓRGÃO	SIGLA	CÓDIGO	AÇÃO	EMPENHADO
10100002	POLÍCIA CIVIL	PC	11114	IMPLANTAÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE POLICIAMENTO CIVIL ESPECIALIZADAS NO ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE.	145.080,00
10200006	FUNDO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ	FSPDS	11227	REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TI DO COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR	71.370,00
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	SEDUC	10756	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA E EM SERVIÇO PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DAS ESCOLAS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E DO CAMPO.	84.985,87
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	SEDUC	10777	READEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS INFRAESTRUTURAIS E AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA ESCOLAS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS, DO CAMPO E ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLA.	1.603.480,00
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	SEDUC	10780	CONSTRUÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ESCOLAS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E DO CAMPO.	19.837.913,20
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	SEDUC	10781	APOIO À PARTICIPAÇÃO DAS LIDERANÇAS E REPRESENTANTES DAS POPULAÇÕES DO CAMPO, POVOS INDÍGENAS, COMUNIDADES QUILOMBOLAS E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NA FORMULAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS	87.222,40
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	SEDUC	10790	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO COMPLEMENTAR PRODUZIDOS PARA ATENDER AS ESPECIFICIDADES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, DA POPULAÇÃO LGBTI+, DE MULHERES E DOS PRIVADOS DE LIBERDADE.	100.000,00
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	SEDUC	11260	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE PÚBLICA DE ENSINO.	524.052,99
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	SEDUC	11261	CONCESSÃO DE BOLSAS PARA APOIO AO PROJETO MAIS INFÂNCIA.	3.865.695,00
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	SEDUC	11262	CONSTRUÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.	53.002.869,78
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	SEDUC	11263	APOIO AOS MUNICÍPIOS NA EXPANSÃO DA OFERTA DE VAGAS NO DESENVOLVIMENTO DO PAIC INTEGRAL.	7.391.480,60
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	SEDUC	11264	APOIO AOS MUNICÍPIOS NA PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO SOCIAL NO ÂMBITO EDUCACIONAL NO DESENVOLVIMENTO DO PAIC INTEGRAL.	56.727.119,40
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	SEDUC	11265	APOIO AOS MUNICÍPIOS NO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA.	12.394.795,79
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	SEDUC	11266	PAGAMENTO DE BOLSA PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA.	7.074.185,00
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	SEDUC	11267	REALIZAÇÃO DO PRÊMIO ESCOLA NOTA 10.	33.635.000,00
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	SEDUC	11269	AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL.	36.337.854,96
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	SEDUC	11271	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO.	750.000,00
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	SEDUC	11272	CONSTRUÇÃO, ADEQUAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL.	36.154.836,49
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	SEDUC	11275	APOIO ÀS AÇÕES PEDAGÓGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMPETÊNCIAS TÉCNICAS, PROFISSIONAIS E SOCIOEMOCIONAIS PARA ALUNOS DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL.	337.400,00
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	SEDUC	11288	CONSTRUÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO MÉDIO.	52.745.529,29
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	SEDUC	11291	AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO.	53.635.362,68

22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	SEDUC	11292	REFORMA DE ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO MÉDIO.	35.785.237,11
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	SEDUC	11293	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS DE TI PARA ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO.	2.799.060,00
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	SEDUC	20967	DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA ESTADUAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO ENSINO REGULAR.	67.822.985,50
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	SEDUC	20968	TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA.	218.420.860,69
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	SEDUC	20969	AQUISIÇÃO DE ABSORVENTES ÍNTIMOS HIGIÊNICOS PARA DISTRIBUIÇÃO À ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO.	7.026.704,64
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	SEDUC	20974	DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA ESTADUAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM TEMPO INTEGRAL.	168.298.263,84
30000000	CASA CIVIL	CASA CIVIL	12187	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL NOS CENTROS SOCIOEDUCATIVOS (PREVIO - COMP. III).	1.174.180,41
30000000	CASA CIVIL	CASA CIVIL	12189	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DA ESCOLA DE SOCIOEDUCAÇÃO (PREVIO - COMP. III).	499.030,65
30000000	CASA CIVIL	CASA CIVIL	12191	REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO PARA OS ADOLESCENTES E JOVENS DOS CENTROS SOCIOEDUCATIVOS (PREVIO - COMP. III).	894.999,99
30000000	CASA CIVIL	CASA CIVIL	12192	ACOMPANHAMENTO DE JOVENS EGRESSOS DOS CENTROS SOCIOEDUCATIVOS (PREVIO - COMP. III).	1.180.910,04
30000000	CASA CIVIL	CASA CIVIL	12193	IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO INTEGRADA DE AVALIAÇÃO DE RISCO DE REINCIDÊNCIA NO DELITO (PREVIO - COMP. III).	316.931,20
42000000	SECRETARIA DO ESPORTE	SESPORTE	10768	IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ESPORTE	6.191.106,41
47000000	SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL	SPS	11651	APOIO À GESTÃO DO PROGRAMA MAIS INFÂNCIA - IMPLANTAÇÃO DE BRINQUEDOCRECHES.	2.672.955,56
47000000	SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL	SPS	11681	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DO COMPLEXO MAIS INFÂNCIA (PROARES III - 1ª FASE - COMP I).	1.407.244,67
47100004	SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SÓCIOEDUCATIVO	SEAS	10904	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA SOCIOEDUCAÇÃO.	37.342,46
47100004	SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SÓCIOEDUCATIVO	SEAS	10909	CONSTRUÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO.	1.586.002,54
47100004	SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SÓCIOEDUCATIVO	SEAS	10910	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA AS UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS DE FORTALEZA E INTERIOR.	573.172,85
47100004	SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SÓCIOEDUCATIVO	SEAS	10916	PROGRAMA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA ADOLESCENTES E JOVENS (PREVIO - COMP III)	391.844,38
47100004	SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SÓCIOEDUCATIVO	SEAS	10921	IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E EMPREENDEDORA ESPECÍFICA PARA SOCIOEDUCANDOS (PREVIO/BID - COMP III)	179.628,22
47200002	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	FEAS	11129	CAPACITAÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS - CRIANÇA FELIZ	1.514.629,43
47200002	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	FEAS	11130	EXECUÇÃO DO PROGRAMA MAIS INFÂNCIA CEARÁ - CARTÃO MAIS INFÂNCIA	189.181.216,55
47200002	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	FEAS	11172	APOIO AO PROGRAMA DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA - PCF.	100.000,00
47200002	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	FEAS	20891	CAPACITAÇÃO E ASSESSORAMENTO AOS MUNICÍPIOS	2.750.000,00
63000000	SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS	SEDIH	11916	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE AMEAÇADOS DE MORTE - PPCAAM.	4.032.312,49
TOTAL					1.091.342.853,08

Coordenadoria de Gestão Orçamentária - COGEO/SEPLAG



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

LEI
ORÇAMENTÁRIA
2024

**DEMONSTRATIVO DO
ORÇAMENTO POR ÓRGÃO,
FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO,
PROGRAMA E
PROJETO/ATIVIDADE DOS
RECURSOS DESTINADOS ÀS
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA
CRIANÇA E O ADOLESCENTE**

ÓRGÃO / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / PA		TOTAL
10	FUNDO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ	991.000,00
10 . 06	SEGURANÇA PÚBLICA	991.000,00
10 . 06 . 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	748.000,00
10 . 06 . 122 . 196	SEGURANÇA PÚBLICA FORTALECIDA E INTEGRADA À SOCIEDADE	748.000,00
10 . 06 . 122 . 196 . 11132	REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR	170.000,00
10 . 06 . 122 . 196 . 11224	REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES DO COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR	378.000,00
10 . 06 . 122 . 196 . 11410	REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES DO COLÉGIO MILITAR DO CORPO DE BOMBEIROS	100.000,00
10 . 06 . 122 . 196 . 11412	REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO COLÉGIO MILITAR DO CORPO DE BOMBEIROS	100.000,00
10 . 06 . 126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	170.000,00
10 . 06 . 126 . 196	SEGURANÇA PÚBLICA FORTALECIDA E INTEGRADA À SOCIEDADE	170.000,00
10 . 06 . 126 . 196 . 11006	ESTRUTURAÇÃO DA ÁREA DE TI DA DELEGACIA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	10.000,00
10 . 06 . 126 . 196 . 11227	REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TI DO COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR	110.000,00
10 . 06 . 126 . 196 . 11414	REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TI DO COLÉGIO MILITAR DO CORPO DE BOMBEIROS	50.000,00
10 . 06 . 181	POLICIAMENTO	73.000,00
10 . 06 . 181 . 196	SEGURANÇA PÚBLICA FORTALECIDA E INTEGRADA À SOCIEDADE	73.000,00
10 . 06 . 181 . 196 . 11005	ESTRUTURAÇÃO DA DELEGACIA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	10.000,00
10 . 06 . 181 . 196 . 11114	IMPLANTAÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE POLICIAMENTO CIVIL ESPECIALIZADAS NO ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE.	20.000,00
10 . 06 . 181 . 196 . 11117	MODERNIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS DA POLÍCIA CIVIL ESPECIALIZADAS NO ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE.	10.000,00
10 . 06 . 181 . 196 . 12033	IMPLANTAÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE POLICIAMENTO CIVIL ESPECIALIZADAS NO ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - FSPDS.	22.000,00
10 . 06 . 181 . 196 . 12039	MODERNIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS DA POLÍCIA CIVIL ESPECIALIZADAS NO ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - FSPDS.	11.000,00
22	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	558.605.547,00
22 . 12	EDUCAÇÃO	558.605.547,00
22 . 12 . 361	ENSINO FUNDAMENTAL	109.660.000,00
22 . 12 . 361 . 142	DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL COM EQUIDADE E QUALIDADE	109.660.000,00
22 . 12 . 361 . 142 . 11263	APOIO AOS MUNICÍPIOS NA EXPANSÃO DA OFERTA DE VAGAS NO DESENVOLVIMENTO DO PAIC INTEGRAL.	7.600.000,00
22 . 12 . 361 . 142 . 11264	APOIO AOS MUNICÍPIOS NA PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO SOCIAL NO ÂMBITO EDUCACIONAL NO DESENVOLVIMENTO DO PAIC INTEGRAL.	94.900.000,00
22 . 12 . 361 . 142 . 11265	APOIO AOS MUNICÍPIOS NO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA.	880.000,00
22 . 12 . 361 . 142 . 11266	PAGAMENTO DE BOLSA PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA.	4.870.000,00
22 . 12 . 361 . 142 . 11267	REALIZAÇÃO DO PRÊMIO ESCOLA NOTA 10.	1.000.000,00
22 . 12 . 361 . 142 . 11268	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA NEM 1 ALUNO FORA DA ESCOLA.	10.000,00
22 . 12 . 361 . 142 . 11269	AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL.	200.000,00
22 . 12 . 361 . 142 . 11270	CONCESSÃO DE BOLSA PARA GARANTIR A PERMANÊNCIA DOS ALUNOS NA ESCOLA.	100.000,00
22 . 12 . 361 . 142 . 11271	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO.	100.000,00
22 . 12 . 362	ENSINO MÉDIO	441.945.547,00
22 . 12 . 362 . 141	EDUCAÇÃO, EQUIDADE E DIREITOS HUMANOS	1.110.000,00
22 . 12 . 362 . 141 . 10756	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA E EM SERVIÇO PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DAS ESCOLAS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E DO CAMPO.	100.000,00
22 . 12 . 362 . 141 . 10761	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO COMPLEMENTAR PARA ATENDER ÀS ESPECIFICIDADES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA, QUILOMBOLA E DO CAMPO	100.000,00
22 . 12 . 362 . 141 . 10777	READEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS INFRAESTRUTURAIS E AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA ESCOLAS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS, DO CAMPO E ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLA.	100.000,00
22 . 12 . 362 . 141 . 10780	CONSTRUÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ESCOLAS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E DO CAMPO.	500.000,00
22 . 12 . 362 . 141 . 10781	APOIO À PARTICIPAÇÃO DAS LIDERANÇAS E REPRESENTANTES DAS POPULAÇÕES DO CAMPO, POVOS INDÍGENAS, COMUNIDADES QUILOMBOLAS E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NA FORMULAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS.	50.000,00
22 . 12 . 362 . 141 . 10784	FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E/OU PROFISSIONAIS QUE ATUAM COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E/OU ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO, PESSOAS SURDAS, LGBTI+, MIGRANTES, MULHERES E PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE.	50.000,00
22 . 12 . 362 . 141 . 10790	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO COMPLEMENTAR PRODUZIDOS PARA ATENDER AS ESPECIFICIDADES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, DA POPULAÇÃO LGBTI+, DE MULHERES E DOS PRIVADOS DE LIBERDADE.	100.000,00
22 . 12 . 362 . 141 . 10794	APOIO À PARTICIPAÇÃO DAS LIDERANÇAS E REPRESENTANTES DA POPULAÇÃO LGBTI+, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E/OU ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO, PESSOAS SURDAS, MIGRANTES, MULHERES E PRIVADAS DE LIBERDADE NA FORMULAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS.	10.000,00
22 . 12 . 362 . 141 . 10797	APOIO À FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NAS FRENTES DE MIGRAÇÃO, CIDADANIA, CULTURA DIGITAL, GÊNERO, SEXUALIDADE, MEDIAÇÃO DE CONFLITOS, JUSTIÇA RESTAURATIVA E CULTURA DE PAZ.	50.000,00

ÓRGÃO / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / PA		TOTAL
22 . 12 . 362 . 141 . 10800	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO COMPLEMENTAR NAS TEMÁTICAS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, ANTISSEXISTA, EQUÂNIME, DEMOCRÁTICA, INCLUSIVA, COM RESPEITO ÀS DIVERSIDADES E PROMOTORA DA CULTURA DE PAZ.	50.000,00
22 . 12 . 362 . 143	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO	255.636.210,00
22 . 12 . 362 . 143 . 10853	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE TI PARA PREMIAÇÃO DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA.	2.000.000,00
22 . 12 . 362 . 143 . 11288	CONSTRUÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO MÉDIO.	9.200.009,00
22 . 12 . 362 . 143 . 11291	AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO.	3.400.000,00
22 . 12 . 362 . 143 . 11292	REFORMA DE ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO MÉDIO.	1.400.000,00
22 . 12 . 362 . 143 . 11293	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS DE TI PARA ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO.	500.000,00
22 . 12 . 362 . 143 . 20967	DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA ESTADUAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO ENSINO REGULAR.	72.897.888,00
22 . 12 . 362 . 143 . 20968	TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA.	155.500.590,00
22 . 12 . 362 . 143 . 20969	AQUISIÇÃO DE ABSORVENTES ÍNTIMOS HIGIÊNICOS PARA DISTRIBUIÇÃO À ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO.	10.737.723,00
22 . 12 . 362 . 144	EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E COMPLEMENTAR AO ENSINO MÉDIO	185.199.337,00
22 . 12 . 362 . 144 . 11272	CONSTRUÇÃO, ADEQUAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL.	4.400.000,00
22 . 12 . 362 . 144 . 11273	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS DE TI PARA ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL.	2.100.000,00
22 . 12 . 362 . 144 . 11275	APOIO ÀS AÇÕES PEDAGÓGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMPETÊNCIAS TÉCNICAS, PROFISSIONAIS E SOCIOEMOCIONAIS PARA ALUNOS DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL.	1.400.000,00
22 . 12 . 362 . 144 . 20974	DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA ESTADUAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM TEMPO INTEGRAL.	177.299.337,00
22 . 12 . 365	EDUCAÇÃO INFANTIL	6.900.000,00
22 . 12 . 365 . 142	DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL COM EQUIDADE E QUALIDADE	6.900.000,00
22 . 12 . 365 . 142 . 11260	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE PÚBLICA DE ENSINO.	500.000,00
22 . 12 . 365 . 142 . 11261	CONCESSÃO DE BOLSAS PARA APOIO AO PROJETO MAIS INFÂNCIA.	1.800.000,00
22 . 12 . 365 . 142 . 11262	CONSTRUÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.	4.600.000,00
22 . 12 . 367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	100.000,00
22 . 12 . 367 . 141	EDUCAÇÃO, EQUIDADE E DIREITOS HUMANOS	100.000,00
22 . 12 . 367 . 141 . 10788	READEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS PARA ATENDER AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E/OU ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO.	100.000,00
30	CASA CIVIL	11.300.000,00
30 . 12	EDUCAÇÃO	2.900.000,00
30 . 12 . 183	INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	2.200.000,00
30 . 12 . 183 . 142	DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL COM EQUIDADE E QUALIDADE	1.800.000,00
30 . 12 . 183 . 142 . 12170	CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DO PROJETO INTELIGENTES (PREVIO - COMP I).	1.000.000,00
30 . 12 . 183 . 142 . 12171	REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO DO PROJETO INTELIGENTES (PREVIO - COMP I).	500.000,00
30 . 12 . 183 . 142 . 21160	REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO DO PADIN MAIS (PREVIO - COMP I).	300.000,00
30 . 12 . 183 . 143	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO	400.000,00
30 . 12 . 183 . 143 . 11575	ADAPTAÇÃO DA PLATAFORMA DO PROJETO NEM UM ALUNO FORA DA ESCOLA.	200.000,00
30 . 12 . 183 . 143 . 12169	CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DO PROJETO NEM UM ALUNO FORA DA ESCOLA + (PREVIO - COMP I).	200.000,00
30 . 12 . 365	EDUCAÇÃO INFANTIL	700.000,00
30 . 12 . 365 . 142	DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL COM EQUIDADE E QUALIDADE	700.000,00
30 . 12 . 365 . 142 . 21159	CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DO PROJETO PADIN + (PREVIO - COMP I).	700.000,00
30 . 14	DIREITOS DA CIDADANIA	8.400.000,00
30 . 14 . 421	CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL	8.400.000,00
30 . 14 . 421 . 163	PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE ADOLESCENTES E JOVENS EM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	8.400.000,00
30 . 14 . 421 . 163 . 12186	REALIZAÇÃO DE EVENTOS DE CAPACITAÇÃO PARA OS PROFISSIONAIS DA SEAS (PREVIO - COMP. III).	600.000,00
30 . 14 . 421 . 163 . 12187	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL NOS CENTROS SOCIOEDUCATIVOS (PREVIO - COMP. III).	2.500.000,00
30 . 14 . 421 . 163 . 12189	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DA ESCOLA DE SOCIOEDUCAÇÃO (PREVIO - COMP. III).	500.000,00
30 . 14 . 421 . 163 . 12190	IMPLEMENTAÇÃO DE METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM PARA ADOLESCENTES E JOVENS DOS CENTROS SOCIOEDUCATIVAS (PREVIO - COMP. III)	800.000,00
30 . 14 . 421 . 163 . 12191	REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO PARA OS ADOLESCENTES E JOVENS DOS CENTROS SOCIOEDUCATIVAS (PREVIO - COMP. III).	500.000,00
30 . 14 . 421 . 163 . 12192	ACOMPANHAMENTO DE JOVENS EGRESSOS DOS CENTROS SOCIOEDUCATIVOS (PREVIO - COMP. III).	2.500.000,00
30 . 14 . 421 . 163 . 12193	IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO INTEGRADA DE AVALIAÇÃO DE RISCO DE REINCIDÊNCIA NO DELITO (PREVIO - COMP. III).	1.000.000,00
31	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	150.000,00

ÓRGÃO / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / PA	TOTAL	
31 . 12	EDUCAÇÃO	150.000,00
31 . 12 . 364	ENSINO SUPERIOR	150.000,00
31 . 12 . 364 . 232	QUALIFICA CEARÁ: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA O MUNDO DO TRABALHO	150.000,00
31 . 12 . 364 . 232 . 11804	MELHORIA DA INFRAESTRUTURA FÍSICA PARA OFERTA DE VAGAS EM CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL VINCULADO AO PROGRAMA C-JOVEM.	50.000,00
31 . 12 . 364 . 232 . 20666	OFERTA DE VAGAS EM CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL VINCULADO AO PROGRAMA C-JOVEM.	100.000,00
42	SECRETARIA DO ESPORTE	2.362.000,00
42 . 27	DESPORTO E LAZER	2.362.000,00
42 . 27 . 812	DESPORTO COMUNITÁRIO	2.362.000,00
42 . 27 . 812 . 151	ESPORTE E LAZER PARA A POPULAÇÃO	2.362.000,00
42 . 27 . 812 . 151 . 10768	IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ESPORTE	2.362.000,00
43	SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS	770.000,00
43 . 12	EDUCAÇÃO	770.000,00
43 . 12 . 362	ENSINO MÉDIO	300.000,00
43 . 12 . 362 . 143	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO	150.000,00
43 . 12 . 362 . 143 . 11831	CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS DA EDUCAÇÃO - ENSINO MÉDIO.	150.000,00
43 . 12 . 362 . 144	EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E COMPLEMENTAR AO ENSINO MÉDIO	150.000,00
43 . 12 . 362 . 144 . 11356	CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E COMPLEMENTAR AO ENSINO MÉDIO.	150.000,00
43 . 12 . 365	EDUCAÇÃO INFANTIL	470.000,00
43 . 12 . 365 . 142	DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL COM EQUIDADE E QUALIDADE	470.000,00
43 . 12 . 365 . 142 . 11589	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CEI.	470.000,00
47	SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SÓCIOEDUCATIVO	208.189.954,00
47 . 08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	203.189.954,00
47 . 08 . 128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	60.000,00
47 . 08 . 128 . 163	PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE ADOLESCENTES E JOVENS EM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	60.000,00
47 . 08 . 128 . 163 . 10904	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA SOCIOEDUCAÇÃO.	60.000,00
47 . 08 . 243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	200.788.954,00
47 . 08 . 243 . 122	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	40.000,00
47 . 08 . 243 . 122 . 12219	IMPLANTAÇÃO DOS ABRIGOS INSTITUCIONAIS REGIONALIZADOS PARA O ATENDIMENTO INTEGRAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.	10.000,00
47 . 08 . 243 . 122 . 12220	IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA.	10.000,00
47 . 08 . 243 . 122 . 12221	COFINANCIAMENTO ESTADUAL DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ÂMBITO MUNICIPAL.	10.000,00
47 . 08 . 243 . 122 . 12222	COFINANCIAMENTO ESTADUAL DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA NO ÂMBITO MUNICIPAL.	10.000,00
47 . 08 . 243 . 123	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	191.243.954,00
47 . 08 . 243 . 123 . 11129	CAPACITAÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS - CRIANÇA FELIZ	1.240.000,00
47 . 08 . 243 . 123 . 11130	EXECUÇÃO DO PROGRAMA MAIS INFÂNCIA CEARÁ - CARTÃO MAIS INFÂNCIA	189.893.954,00
47 . 08 . 243 . 123 . 11172	APOIO AO PROGRAMA DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA - PCF.	10.000,00
47 . 08 . 243 . 123 . 11178	APOIO A ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS PARA ATENDIMENTO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.	100.000,00
47 . 08 . 243 . 163	PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE ADOLESCENTES E JOVENS EM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	2.010.000,00
47 . 08 . 243 . 163 . 10908	DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA A SOCIOEDUCAÇÃO (PREVIO/BID - COMP III)	10.000,00
47 . 08 . 243 . 163 . 10909	CONSTRUÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO.	770.000,00
47 . 08 . 243 . 163 . 10910	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA AS UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS DE FORTALEZA E INTERIOR.	370.000,00
47 . 08 . 243 . 163 . 10911	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E AÇÕES PARA ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DO SINASE.	230.000,00
47 . 08 . 243 . 163 . 10913	REFORMA DA EDIFICAÇÃO PARA A IMPLANTAÇÃO DA NOVA UNIDADE FEMININA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO.	180.000,00
47 . 08 . 243 . 163 . 10915	FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA ADOLESCENTES E JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO.	280.000,00
47 . 08 . 243 . 163 . 10916	PROGRAMA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA ADOLESCENTES E JOVENS (PREVIO - COMP III)	10.000,00
47 . 08 . 243 . 163 . 10921	IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E EMPREENDEDORA ESPECÍFICA PARA SOCIOEDUCANDOS (PREVIO/BID - COMP III)	10.000,00
47 . 08 . 243 . 163 . 10925	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA DE AVALIAÇÃO DE REINCIDÊNCIA NO DELITO (PREVIO/BID - COMP III).	10.000,00
47 . 08 . 243 . 163 . 20755	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PARA OS CENTROS SOCIOEDUCATIVOS E SEDE.	140.000,00
47 . 08 . 243 . 168	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	7.495.000,00
47 . 08 . 243 . 168 . 11650	APOIO À GESTÃO DO PROGRAMA MAIS INFÂNCIA - IMPLANTAÇÃO DE BRINQUEDOPRAÇAS.	300.000,00
47 . 08 . 243 . 168 . 11651	APOIO À GESTÃO DO PROGRAMA MAIS INFÂNCIA - IMPLANTAÇÃO DE BRINQUEDOCRECHES.	300.000,00

ÓRGÃO / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / PA		TOTAL
47 . 08 . 243 . 168 . 11677	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (PROARES III - 2ª FASE - COMP I).	390.000,00
47 . 08 . 243 . 168 . 11679	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (PROARES III - 1ª FASE - COMP I)	5.630.000,00
47 . 08 . 243 . 168 . 11681	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DO COMPLEXO MAIS INFÂNCIA (PROARES III - 1ª FASE - COMP I).	310.000,00
47 . 08 . 243 . 168 . 11682	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DO COMPLEXO MAIS INFÂNCIA (PROARES III - 2ª FASE - COMP I).	440.000,00
47 . 08 . 243 . 168 . 12135	IMPLANTAÇÃO DA CASA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.	100.000,00
47 . 08 . 243 . 168 . 12143	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	25.000,00
47 . 08 . 244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	2.341.000,00
47 . 08 . 244 . 123	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	2.341.000,00
47 . 08 . 244 . 123 . 11144	GESTÃO ESTADUAL DO BOLSA FAMÍLIA - EQUIPAMENTOS, LICENÇA DE USO DE SOFT, MOBÍLIA E TRANSPORTE.	40.000,00
47 . 08 . 244 . 123 . 20891	CAPACITAÇÃO E ACESSORAMENTO AOS MUNICÍPIOS	2.301.000,00
47 . 12	EDUCAÇÃO	5.000.000,00
47 . 12 . 363	ENSINO PROFISSIONAL	5.000.000,00
47 . 12 . 363 . 232	QUALIFICA CEARÁ: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA O MUNDO DO TRABALHO	5.000.000,00
47 . 12 . 363 . 232 . 11107	FORMAÇÃO DA APRENDIZAGEM DE ADOLESCENTES E JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO.	5.000.000,00
63	SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS	1.787.307,00
63 . 14	DIREITOS DA CIDADANIA	1.787.307,00
63 . 14 . 422	DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	1.787.307,00
63 . 14 . 422 . 169	PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	1.787.307,00
63 . 14 . 422 . 169 . 11916	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE AMEAÇADOS DE MORTE - PPCAAM.	1.787.307,00
69	CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	46.016,00
69 . 12	EDUCAÇÃO	46.016,00
69 . 12 . 128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	46.016,00
69 . 12 . 128 . 145	NORMATIZAÇÃO E CONTROLE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA	46.016,00
69 . 12 . 128 . 145 . 11484	APERFEIÇOAMENTO POR MEIO DE ESTÁGIO AOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO.	46.016,00
TOTAL GERAL		784.201.824,00

Nota 1 : Exclusive a Modalidade 91



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

LEI ORÇAMENTÁRIA

ANUAL 2025

**DEMONSTRATIVO DO
ORÇAMENTO POR ÓRGÃO,
FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO,
PROGRAMA E
PROJETO/ATIVIDADE DOS
RECURSOS DESTINADOS ÀS
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA
CRIANÇA E O ADOLESCENTE**

VOLUME I

ÓRGÃO / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / PA		TOTAL
10	FUNDO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ	409.000,00
10 . 06	SEGURANÇA PÚBLICA	409.000,00
10 . 06 . 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	245.000,00
10 . 06 . 122 . 196	SEGURANÇA PÚBLICA FORTALECIDA E INTEGRADA À SOCIEDADE	245.000,00
10 . 06 . 122 . 196 . 11132	REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR	35.000,00
10 . 06 . 122 . 196 . 11224	REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES DO COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR	65.000,00
10 . 06 . 122 . 196 . 11410	REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES DO COLÉGIO MILITAR DO CORPO DE BOMBEIROS	10.000,00
10 . 06 . 122 . 196 . 11412	REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO COLÉGIO MILITAR DO CORPO DE BOMBEIROS	10.000,00
10 . 06 . 122 . 196 . 21016	PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO PARA OS CURSOS VOLTADOS AO ATENDIMENTO AOS GRUPOS VULNERÁVEIS E PRIORITÁRIOS.	125.000,00
10 . 06 . 126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	72.000,00
10 . 06 . 126 . 196	SEGURANÇA PÚBLICA FORTALECIDA E INTEGRADA À SOCIEDADE	72.000,00
10 . 06 . 126 . 196 . 11227	REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TI DO COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR	62.000,00
10 . 06 . 126 . 196 . 11414	REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TI DO COLÉGIO MILITAR DO CORPO DE BOMBEIROS	10.000,00
10 . 06 . 128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	10.000,00
10 . 06 . 128 . 196	SEGURANÇA PÚBLICA FORTALECIDA E INTEGRADA À SOCIEDADE	10.000,00
10 . 06 . 128 . 196 . 20999	REALIZAÇÃO DE CURSOS VOLTADOS AO ATENDIMENTO AOS GRUPOS VULNERÁVEIS E PRIORITÁRIOS.	10.000,00
10 . 06 . 181	POLICIAMENTO	82.000,00
10 . 06 . 181 . 196	SEGURANÇA PÚBLICA FORTALECIDA E INTEGRADA À SOCIEDADE	82.000,00
10 . 06 . 181 . 196 . 11114	IMPLANTAÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE POLICIAMENTO CIVIL ESPECIALIZADAS NO ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE.	20.000,00
10 . 06 . 181 . 196 . 11117	MODERNIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS DA POLÍCIA CIVIL ESPECIALIZADAS NO ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE.	10.000,00
10 . 06 . 181 . 196 . 12033	IMPLANTAÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE POLICIAMENTO CIVIL ESPECIALIZADAS NO ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - FSPDS.	28.000,00
10 . 06 . 181 . 196 . 12039	MODERNIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS DA POLÍCIA CIVIL ESPECIALIZADAS NO ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - FSPDS.	24.000,00
22	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	647.144.528,00
22 . 12	EDUCAÇÃO	647.144.528,00
22 . 12 . 126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	50.000,00
22 . 12 . 126 . 144	EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E COMPLEMENTAR AO ENSINO MÉDIO	50.000,00
22 . 12 . 126 . 144 . 11278	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS DE TI PARA OS CENTROS CEARENSE DE IDIOMAS.	50.000,00
22 . 12 . 128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	850.000,00
22 . 12 . 128 . 141	EDUCAÇÃO, EQUIDADE E DIREITOS HUMANOS	50.000,00
22 . 12 . 128 . 141 . 10784	FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E/OU PROFISSIONAIS QUE ATUAM COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E/OU ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO, PESSOAS SURDAS, LGBTI+, MIGRANTES, MULHERES E PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE	50.000,00
22 . 12 . 128 . 143	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO	800.000,00
22 . 12 . 128 . 143 . 11282	FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO QUE ATUAM NO ENSINO MÉDIO.	800.000,00
22 . 12 . 361	ENSINO FUNDAMENTAL	114.549.984,00
22 . 12 . 361 . 142	DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL COM EQUIDADE E QUALIDADE	114.549.984,00
22 . 12 . 361 . 142 . 11263	APOIO AOS MUNICÍPIOS NA EXPANSÃO DA OFERTA DE VAGAS NO DESENVOLVIMENTO DO PAIC INTEGRAL.	5.000.000,00
22 . 12 . 361 . 142 . 11264	APOIO AOS MUNICÍPIOS NA PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO SOCIAL NO ÂMBITO EDUCACIONAL NO DESENVOLVIMENTO DO PAIC INTEGRAL.	65.000.000,00
22 . 12 . 361 . 142 . 11265	APOIO AOS MUNICÍPIOS NO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA.	780.000,00
22 . 12 . 361 . 142 . 11266	PAGAMENTO DE BOLSA PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA.	4.870.000,00
22 . 12 . 361 . 142 . 11267	REALIZAÇÃO DO PRÊMIO ESCOLA NOTA 10.	28.700.000,00
22 . 12 . 361 . 142 . 11269	AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL.	8.999.984,00
22 . 12 . 361 . 142 . 11271	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO.	1.000.000,00
22 . 12 . 361 . 142 . 13166	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES COM QUALIDADE E EQUIDADE	100.000,00
22 . 12 . 361 . 142 . 13167	CONCESSÃO DE BOLSAS PARA GARANTIR A RECOMPOSIÇÃO DE APRENDIZAGEM	100.000,00
22 . 12 . 362	ENSINO MÉDIO	522.294.544,00
22 . 12 . 362 . 133	PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DE CONHECIMENTO, FORMAÇÃO, LIVRO E LEITURA	50.000,00
22 . 12 . 362 . 133 . 11257	CONCESSÃO DE BOLSA PARA O PROJETO ARTISTA, PRESENTE!	50.000,00
22 . 12 . 362 . 141	EDUCAÇÃO, EQUIDADE E DIREITOS HUMANOS	3.410.000,00
22 . 12 . 362 . 141 . 10756	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA E EM SERVIÇO PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DAS ESCOLAS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E DO CAMPO.	100.000,00
22 . 12 . 362 . 141 . 10761	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO COMPLEMENTAR PARA ATENDER ÀS ESPECIFICIDADES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA, QUILOMBOLA E DO CAMPO	100.000,00
22 . 12 . 362 . 141 . 10777	READEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS INFRAESTRUTURAIS E AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA ESCOLAS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS, DO CAMPO E ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLA.	100.000,00
22 . 12 . 362 . 141 . 10780	CONSTRUÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ESCOLAS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E DO CAMPO.	1.250.000,00

ÓRGÃO / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / PA		TOTAL
22 . 12 . 362 . 141 . 10781	APOIO À PARTICIPAÇÃO DAS LIDERANÇAS E REPRESENTANTES DAS POPULAÇÕES DO CAMPO, POVOS INDÍGENAS, COMUNIDADES QUILOMBOLAS E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NA FORMULAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS	150.000,00
22 . 12 . 362 . 141 . 10782	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA NAS TEMÁTICAS DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA	800.000,00
22 . 12 . 362 . 141 . 10783	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO COMPLEMENTAR PRODUZIDOS NOS TEMAS DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DA EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA PARA A CONVIVÊNCIA PARA O SEMIÁRIDO.	100.000,00
22 . 12 . 362 . 141 . 10790	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO COMPLEMENTAR PRODUZIDOS PARA ATENDER AS ESPECIFICIDADES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, DA POPULAÇÃO LGBTQI+, DE MULHERES E DOS PRIVADOS DE LIBERDADE.	700.000,00
22 . 12 . 362 . 141 . 10794	APOIO À PARTICIPAÇÃO DAS LIDERANÇAS E REPRESENTANTES DA POPULAÇÃO LGBTQI+, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E/OU ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO, PESSOAS SURDAS, MIGRANTES, MULHERES E PRIVADAS DE LIBERDADE NA FORMULAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS	10.000,00
22 . 12 . 362 . 141 . 10797	APOIO À FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NAS FRENTES DE MIGRAÇÃO, CIDADANIA, CULTURA DIGITAL, GÊNERO, SEXUALIDADE, MEDIAÇÃO DE CONFLITOS, JUSTIÇA RESTAURATIVA E CULTURA DE PAZ.	50.000,00
22 . 12 . 362 . 141 . 10800	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO COMPLEMENTAR NAS TEMÁTICAS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, ANTISSEXISTA, EQUÂNIME, DEMOCRÁTICA, INCLUSIVA, COM RESPEITO ÀS DIVERSIDADES E PROMOTORA DA CULTURA DE PAZ	50.000,00
22 . 12 . 362 . 143	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO	271.569.742,00
22 . 12 . 362 . 143 . 10853	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE TI PARA PREMIAÇÃO DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA.	2.000.000,00
22 . 12 . 362 . 143 . 11283	VALORIZAÇÃO E INCENTIVO À APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL.	5.000.000,00
22 . 12 . 362 . 143 . 11284	DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE AVALIAÇÕES, ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS.	200.000,00
22 . 12 . 362 . 143 . 11285	CONCESSÃO DE BOLSA PARA APOIO AO PROJETO FOCO NA APRENDIZAGEM.	8.340.000,00
22 . 12 . 362 . 143 . 11288	CONSTRUÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO MÉDIO.	9.450.009,00
22 . 12 . 362 . 143 . 11291	AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO.	8.500.000,00
22 . 12 . 362 . 143 . 11292	REFORMA DE ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO MÉDIO.	6.013.262,00
22 . 12 . 362 . 143 . 11293	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS DE TI PARA ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO.	700.000,00
22 . 12 . 362 . 143 . 11294	AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO PARA ALUNOS DO ENSINO MÉDIO.	1.400.000,00
22 . 12 . 362 . 143 . 11866	AQUISIÇÃO DE TABLETS PARA INCLUSÃO DIGITAL DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO.	2.000.000,00
22 . 12 . 362 . 143 . 13168	CONCESSÃO DE BOLSAS PARA APOIO À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	100.000,00
22 . 12 . 362 . 143 . 13172	APOIO ÀS AÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO CEARÁ CIENTÍFICO	5.500.000,00
22 . 12 . 362 . 143 . 20967	DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA ESTADUAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO ENSINO REGULAR.	29.219.306,00
22 . 12 . 362 . 143 . 20968	TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA.	185.742.100,00
22 . 12 . 362 . 143 . 20969	AQUISIÇÃO DE ABSORVENTES ÍNTIMOS HIGIÊNICOS PARA DISTRIBUIÇÃO À ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO.	7.405.065,00
22 . 12 . 362 . 144	EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E COMPLEMENTAR AO ENSINO MÉDIO	247.264.802,00
22 . 12 . 362 . 144 . 11014	PARTICIPAÇÃO DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO EM INTERCÂMBIO EDUCACIONAL.	100.000,00
22 . 12 . 362 . 144 . 11272	CONSTRUÇÃO, ADEQUAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL.	71.893.300,00
22 . 12 . 362 . 144 . 11273	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS DE TI PARA ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL.	30.000.000,00
22 . 12 . 362 . 144 . 11274	AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO PARA ALUNOS DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL.	9.000.000,00
22 . 12 . 362 . 144 . 11275	APOIO ÀS AÇÕES PEDAGÓGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMPETÊNCIAS TÉCNICAS, PROFISSIONAIS E SOCIOEMOCIONAIS PARA ALUNOS DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL.	200.000,00
22 . 12 . 362 . 144 . 11277	CONSTRUÇÃO, ADEQUAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA OS CENTROS CEARENSES DE IDIOMAS.	150.000,00
22 . 12 . 362 . 144 . 11279	AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO PARA ALUNOS DOS CENTROS CEARENSES DE IDIOMAS.	300.000,00
22 . 12 . 362 . 144 . 11280	APOIO PEDAGÓGICO A ALUNOS DOS CENTROS CEARENSES DE IDIOMAS.	100.000,00
22 . 12 . 362 . 144 . 11281	CAPACITAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA PROFISSIONAIS QUE ATUAM NOS CENTROS CEARENSES DE IDIOMAS.	100.000,00
22 . 12 . 362 . 144 . 20974	DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA ESTADUAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM TEMPO INTEGRAL.	135.421.502,00
22 . 12 . 365	EDUCAÇÃO INFANTIL	9.150.000,00
22 . 12 . 365 . 142	DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL COM EQUIDADE E QUALIDADE	9.150.000,00
22 . 12 . 365 . 142 . 11260	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE PÚBLICA DE ENSINO.	500.000,00
22 . 12 . 365 . 142 . 11261	CONCESSÃO DE BOLSAS PARA APOIO AO PROJETO MAIS INFÂNCIA.	1.800.000,00
22 . 12 . 365 . 142 . 11262	CONSTRUÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.	6.850.000,00
22 . 12 . 367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	250.000,00
22 . 12 . 367 . 141	EDUCAÇÃO, EQUIDADE E DIREITOS HUMANOS	250.000,00
22 . 12 . 367 . 141 . 10785	CONSTRUÇÃO, READEQUAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MOBILIÁRIOS DIVERSOS PARA OS CENTROS DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO DO CEARÁ	150.000,00
22 . 12 . 367 . 141 . 10788	READEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS PARA ATENDER AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E/OU ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO.	100.000,00
27	FUNDO ESTADUAL DA CULTURA	20.000,00

ÓRGÃO / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / PA		TOTAL
27 . 13	CULTURA	20.000,00
27 . 13 . 392	DIFUSÃO CULTURAL	20.000,00
27 . 13 . 392 . 131	PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ARTE, DIVERSIDADE E CULTURA CEARENSE	10.000,00
27 . 13 . 392 . 131 . 11687	PROMOÇÃO DO EDITAL DE CULTURA INFÂNCIA - FEC.	10.000,00
27 . 13 . 392 . 133	PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DE CONHECIMENTO, FORMAÇÃO, LIVRO E LEITURA	10.000,00
27 . 13 . 392 . 133 . 10103	DINAMIZAÇÃO DAS AÇÕES DOS AGENTES DE LEITURA.	10.000,00
30	CASA CIVIL	41.787.000,00
30 . 08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	13.255.000,00
30 . 08 . 243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	13.255.000,00
30 . 08 . 243 . 163	PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE ADOLESCENTES E JOVENS EM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	13.145.000,00
30 . 08 . 243 . 163 . 12185	ESTRUTURAÇÃO DE CENTROS SOCIOEDUCATIVOS PARA A GARANTIA DA SEGURANÇA E O ATENDIMENTO HUMANIZADO (PREVIO - COMP. III).	8.055.000,00
30 . 08 . 243 . 163 . 12186	REALIZAÇÃO DE EVENTOS DE CAPACITAÇÃO PARA OS PROFISSIONAIS DA SEAS (PREVIO - COMP. III).	200.000,00
30 . 08 . 243 . 163 . 12187	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL NOS CENTROS SOCIOEDUCATIVOS (PREVIO - COMP. III).	235.000,00
30 . 08 . 243 . 163 . 12189	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DA ESCOLA DE SOCIOEDUCAÇÃO (PREVIO - COMP. III).	15.000,00
30 . 08 . 243 . 163 . 12190	IMPLEMENTAÇÃO DE METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM PARA ADOLESCENTES E JOVENS DOS CENTROS SOCIOEDUCATIVOS (PREVIO - COMP. III)	500.000,00
30 . 08 . 243 . 163 . 12191	REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO PARA OS ADOLESCENTES E JOVENS DOS CENTROS SOCIOEDUCATIVOS (PREVIO - COMP. III).	900.000,00
30 . 08 . 243 . 163 . 12192	ACOMPANHAMENTO DE JOVENS EGRESSOS DOS CENTROS SOCIOEDUCATIVOS (PREVIO - COMP. III).	1.640.000,00
30 . 08 . 243 . 163 . 12193	IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO INTEGRADA DE AVALIAÇÃO DE RISCO DE REINCIDÊNCIA NO DELITO (PREVIO - COMP. III).	1.600.000,00
30 . 08 . 243 . 168	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	110.000,00
30 . 08 . 243 . 168 . 13263	IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS VOLTADAS À IMPLANTAÇÃO DAS CASAS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (PREVIO - COMP I).	55.000,00
30 . 08 . 243 . 168 . 13264	IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS VOLTADAS À IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (PREVIO - COMP I).	55.000,00
30 . 12	EDUCAÇÃO	2.882.000,00
30 . 12 . 183	INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	1.634.000,00
30 . 12 . 183 . 142	DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL COM EQUIDADE E QUALIDADE	1.184.000,00
30 . 12 . 183 . 142 . 12170	CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DO PROJETO INTELIGENTES (PREVIO - COMP I).	600.000,00
30 . 12 . 183 . 142 . 12171	REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO DO PROJETO INTELIGENTES (PREVIO - COMP I).	284.000,00
30 . 12 . 183 . 142 . 13257	REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO DO PADIN MAIS (PREVIO - COMP I)	300.000,00
30 . 12 . 183 . 143	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO	450.000,00
30 . 12 . 183 . 143 . 11575	ADAPTAÇÃO DA PLATAFORMA DO PROJETO NEM UM ALUNO FORA DA ESCOLA.	10.000,00
30 . 12 . 183 . 143 . 12169	CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DO PROJETO NEM UM ALUNO FORA DA ESCOLA + (PREVIO - COMP I).	440.000,00
30 . 12 . 365	EDUCAÇÃO INFANTIL	735.000,00
30 . 12 . 365 . 142	DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL COM EQUIDADE E QUALIDADE	640.000,00
30 . 12 . 365 . 142 . 13249	CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DO PROJETO PADIN + (PREVIO - COMP I)	640.000,00
30 . 12 . 365 . 143	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO	95.000,00
30 . 12 . 365 . 143 . 12638	CONCESSÃO DE BOLSA PARA GARANTIR A PERMANÊNCIA DOS ALUNOS NA ESCOLA (PREVIO - COMP I).	95.000,00
30 . 12 . 422	DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	513.000,00
30 . 12 . 422 . 142	DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL COM EQUIDADE E QUALIDADE	513.000,00
30 . 12 . 422 . 142 . 12630	PAGAMENTO DE BOLSAS PARA SUPERVISORES NO ÂMBITO DO PROJETO PADIN + (PREVIO - COMP I).	210.000,00
30 . 12 . 422 . 142 . 12631	PAGAMENTO DE BOLSAS PARA OS AGENTES DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL (ADI) NO ÂMBITO DO PROJETO PADIN + (PREVIO - COMP I).	208.000,00
30 . 12 . 422 . 142 . 12633	PAGAMENTO DE BOLSAS PARA OS ARTICULADORES DO PROJETO INTELIGENTES (PREVIO - COMP I).	95.000,00
30 . 14	DIREITOS DA CIDADANIA	25.650.000,00
30 . 14 . 422	DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	25.650.000,00
30 . 14 . 422 . 232	QUALIFICA CEARÁ: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA O MUNDO DO TRABALHO	25.650.000,00
30 . 14 . 422 . 232 . 12203	QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DE JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, ATENDIDOS PELO VIRANDO O JOGO (PREVIO - COMP. I).	25.650.000,00
31	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	60.000,00
31 . 12	EDUCAÇÃO	60.000,00
31 . 12 . 364	ENSINO SUPERIOR	60.000,00
31 . 12 . 364 . 232	QUALIFICA CEARÁ: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA O MUNDO DO TRABALHO	60.000,00
31 . 12 . 364 . 232 . 11804	MELHORIA DA INFRAESTRUTURA FÍSICA PARA OFERTA DE VAGAS EM CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL VINCULADO AO PROGRAMA C-JOVEM.	20.000,00

ÓRGÃO / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / PA		TOTAL
31 . 12 . 364 . 232 . 20666	OFERTA DE VAGAS EM CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL VINCULADO AO PROGRAMA C-JOVEM.	40.000,00
42	SECRETARIA DO ESPORTE	5.200.000,00
42 . 27	DESPORTO E LAZER	5.200.000,00
42 . 27 . 812	DESPORTO COMUNITÁRIO	5.200.000,00
42 . 27 . 812 . 151	ESPORTE E LAZER PARA A POPULAÇÃO	5.200.000,00
42 . 27 . 812 . 151 . 10768	IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ESPORTE	5.200.000,00
43	SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS	6.240.000,00
43 . 08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.520.000,00
43 . 08 . 243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	4.520.000,00
43 . 08 . 243 . 163	PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE ADOLESCENTES E JOVENS EM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	200.000,00
43 . 08 . 243 . 163 . 10913	REFORMA DA EDIFICAÇÃO PARA A IMPLANTAÇÃO DA NOVA UNIDADE FEMININA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO.	200.000,00
43 . 08 . 243 . 168	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	4.320.000,00
43 . 08 . 243 . 168 . 11935	CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA PÚBLICA DO PROJETO MAIS INFÂNCIA	4.320.000,00
43 . 12	EDUCAÇÃO	1.720.000,00
43 . 12 . 362	ENSINO MÉDIO	420.000,00
43 . 12 . 362 . 143	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO	210.000,00
43 . 12 . 362 . 143 . 11831	CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS DA EDUCAÇÃO - ENSINO MÉDIO.	210.000,00
43 . 12 . 362 . 144	EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E COMPLEMENTAR AO ENSINO MÉDIO	210.000,00
43 . 12 . 362 . 144 . 11356	CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E COMPLEMENTAR AO ENSINO MÉDIO.	210.000,00
43 . 12 . 365	EDUCAÇÃO INFANTIL	1.300.000,00
43 . 12 . 365 . 142	DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL COM EQUIDADE E QUALIDADE	1.300.000,00
43 . 12 . 365 . 142 . 11589	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CEI.	1.300.000,00
47	SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SÓCIOEDUCATIVO	189.895.245,00
47 . 08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	189.885.245,00
47 . 08 . 128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	60.000,00
47 . 08 . 128 . 163	PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE ADOLESCENTES E JOVENS EM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	60.000,00
47 . 08 . 128 . 163 . 10904	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA SOCIOEDUCAÇÃO.	60.000,00
47 . 08 . 243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	9.169.381,00
47 . 08 . 243 . 122	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	110.000,00
47 . 08 . 243 . 122 . 11142	APOIO A ENTIDADES QUE TRABALHAM COM SERVIÇOS DE ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES.	100.000,00
47 . 08 . 243 . 122 . 12219	IMPLANTAÇÃO DOS ABRIGOS INSTITUCIONAIS REGIONALIZADOS PARA O ATENDIMENTO INTEGRAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.	10.000,00
47 . 08 . 243 . 123	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	3.680.000,00
47 . 08 . 243 . 123 . 11129	CAPACITAÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS - CRIANÇA FELIZ	650.000,00
47 . 08 . 243 . 123 . 11133	CONCESSÃO DE BOLSA INCENTIVO NO ÂMBITO DAS AÇÕES DO CARTÃO MAIS INFÂNCIA CEARÁ	3.000.000,00
47 . 08 . 243 . 123 . 11172	APOIO AO PROGRAMA DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA - PCF.	20.000,00
47 . 08 . 243 . 123 . 11178	APOIO A ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS PARA ATENDIMENTO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.	10.000,00
47 . 08 . 243 . 163	PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE ADOLESCENTES E JOVENS EM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	2.343.000,00
47 . 08 . 243 . 163 . 10806	IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE HUMANIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIOEDUCATIVOS NAS UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS (PREVIO/BID - COMP III).	10.000,00
47 . 08 . 243 . 163 . 10908	DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA A SOCIOEDUCAÇÃO (PREVIO/BID - COMP III)	10.000,00
47 . 08 . 243 . 163 . 10909	CONSTRUÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO.	1.043.000,00
47 . 08 . 243 . 163 . 10910	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA AS UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS DE FORTALEZA E INTERIOR.	470.000,00
47 . 08 . 243 . 163 . 10911	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E AÇÕES PARA ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DO SINASE.	60.000,00
47 . 08 . 243 . 163 . 10913	REFORMA DA EDIFICAÇÃO PARA A IMPLANTAÇÃO DA NOVA UNIDADE FEMININA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO.	100.000,00
47 . 08 . 243 . 163 . 10915	FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA ADOLESCENTES E JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO.	170.000,00
47 . 08 . 243 . 163 . 10916	PROGRAMA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA ADOLESCENTES E JOVENS (PREVIO - COMP III)	10.000,00
47 . 08 . 243 . 163 . 10917	FORTELECIMENTO E APOIO AOS ADOLESCENTES E JOVENS EM PÓS-MEDIDA NO ÂMBITO DO POC - PROGRAMA DE OPORTUNIDADES E CIDADANIA (PREVIO/BID - COMP III).	10.000,00
47 . 08 . 243 . 163 . 10920	ATENDIMENTO A ADOLESCENTES E JOVENS EM PÓS-MEDIDA NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE OPORTUNIDADES E CIDADANIA - POC.	440.000,00
47 . 08 . 243 . 163 . 10921	IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E EMPREENDEDORA ESPECÍFICA PARA SOCIOEDUCANDOS (PREVIO/BID - COMP III)	10.000,00
47 . 08 . 243 . 163 . 10925	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA DE AVALIAÇÃO DE REINCIDÊNCIA NO DELITO (PREVIO/BID - COMP III).	10.000,00

ÓRGÃO / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / PA		TOTAL
47 . 08 . 243 . 168	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	3.036.381,00
47 . 08 . 243 . 168 . 11650	APOIO À GESTÃO DO PROGRAMA MAIS INFÂNCIA - IMPLANTAÇÃO DE BRINQUEDOPRAÇAS.	686.381,00
47 . 08 . 243 . 168 . 11651	APOIO À GESTÃO DO PROGRAMA MAIS INFÂNCIA - IMPLANTAÇÃO DE BRINQUEDOCRECHES.	1.200.000,00
47 . 08 . 243 . 168 . 11677	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (PROARES III - 2ª FASE - COMP I).	520.000,00
47 . 08 . 243 . 168 . 11679	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (PROARES III - 1ª FASE - COMP I)	10.000,00
47 . 08 . 243 . 168 . 11681	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DO COMPLEXO MAIS INFÂNCIA (PROARES III - 1ª FASE - COMP I).	10.000,00
47 . 08 . 243 . 168 . 11682	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DO COMPLEXO MAIS INFÂNCIA (PROARES III - 2ª FASE - COMP I).	540.000,00
47 . 08 . 243 . 168 . 12135	IMPLANTAÇÃO DA CASA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.	20.000,00
47 . 08 . 243 . 168 . 12143	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	50.000,00
47 . 08 . 244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	2.639.909,00
47 . 08 . 244 . 123	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	2.639.909,00
47 . 08 . 244 . 123 . 11144	GESTÃO ESTADUAL DO BOLSA FAMÍLIA - EQUIPAMENTOS, LICENÇA DE USO DE SOFT, MOBÍLIA E TRANSPORTE.	30.000,00
47 . 08 . 244 . 123 . 20891	CAPACITAÇÃO E ACESSORAMENTO AOS MUNICÍPIOS	2.609.909,00
47 . 08 . 245	SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	72.000,00
47 . 08 . 245 . 122	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	30.000,00
47 . 08 . 245 . 122 . 12220	IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA.	10.000,00
47 . 08 . 245 . 122 . 12221	COFINANCIAMENTO ESTADUAL DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ÂMBITO MUNICIPAL.	10.000,00
47 . 08 . 245 . 122 . 12222	COFINANCIAMENTO ESTADUAL DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA NO ÂMBITO MUNICIPAL.	10.000,00
47 . 08 . 245 . 163	PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE ADOLESCENTES E JOVENS EM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	42.000,00
47 . 08 . 245 . 163 . 13232	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PARA OS CENTROS SOCIOEDUCATIVOS E SEDE	42.000,00
47 . 08 . 246	SEGURANÇA DE RENDA	177.943.955,00
47 . 08 . 246 . 123	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	177.943.955,00
47 . 08 . 246 . 123 . 11130	EXECUÇÃO DO PROGRAMA MAIS INFÂNCIA CEARÁ - CARTÃO MAIS INFÂNCIA	177.943.955,00
47 . 12	EDUCAÇÃO	10.000,00
47 . 12 . 363	ENSINO PROFISSIONAL	10.000,00
47 . 12 . 363 . 232	QUALIFICA CEARÁ: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA O MUNDO DO TRABALHO	10.000,00
47 . 12 . 363 . 232 . 11107	FORMAÇÃO DA APRENDIZAGEM DE ADOLESCENTES E JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO.	10.000,00
63	SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS	4.027.328,00
63 . 14	DIREITOS DA CIDADANIA	4.027.328,00
63 . 14 . 422	DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	4.027.328,00
63 . 14 . 422 . 169	PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	4.027.328,00
63 . 14 . 422 . 169 . 11916	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE AMEAÇADOS DE MORTE - PPCAAM.	4.027.328,00
69	CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	20.000,00
69 . 12	EDUCAÇÃO	20.000,00
69 . 12 . 362	ENSINO MÉDIO	20.000,00
69 . 12 . 362 . 145	NORMATIZAÇÃO E CONTROLE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA	20.000,00
69 . 12 . 362 . 145 . 11484	APERFEIÇOAMENTO POR MEIO DE ESTÁGIO AOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO.	20.000,00

Nota 1 : Exclusive a Modalidade 91

TOTAL GERAL 894.803.101,00



**MOVIMENTO DE CONSELHEIROS E CONSELHEIRAS
TUTELARES DO
ESTADO DO CEARÁ
MCCTC**

Sobre o Movimento de Conselheiros(as) Tutelares do Estado do Ceará

Trata-se de uma iniciativa de Conselheiros e Conselheiras Tutelares no Estado do Ceará que estão no exercício pleno do mandato tutelar e por não se senti representados, desejam fundar uma instituição com forte representatividade capilaridade em todo o estado, priorizando a participação, o fortalecimento e valorização dos Conselheiros(as) Tutelares em exercício.

O objetivo principal é mobilizar a categoria para entre outras envolvendo os direitos de crianças e adolescentes, buscar melhores condições de trabalho e de remuneração, de modo a fazer jus o disposto no artigo 135 do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA .Referido dispositivo estabelece que a função de Conselheiro(a) Tutelar constitui serviço público relevante e presunção de idoneidade moral.

**Atualmente o Movimento se organiza a partir de uma
COORDENAÇÃO composta por 8 Conselheiros(as)
representantes das seguintes cidades do Ceará:**

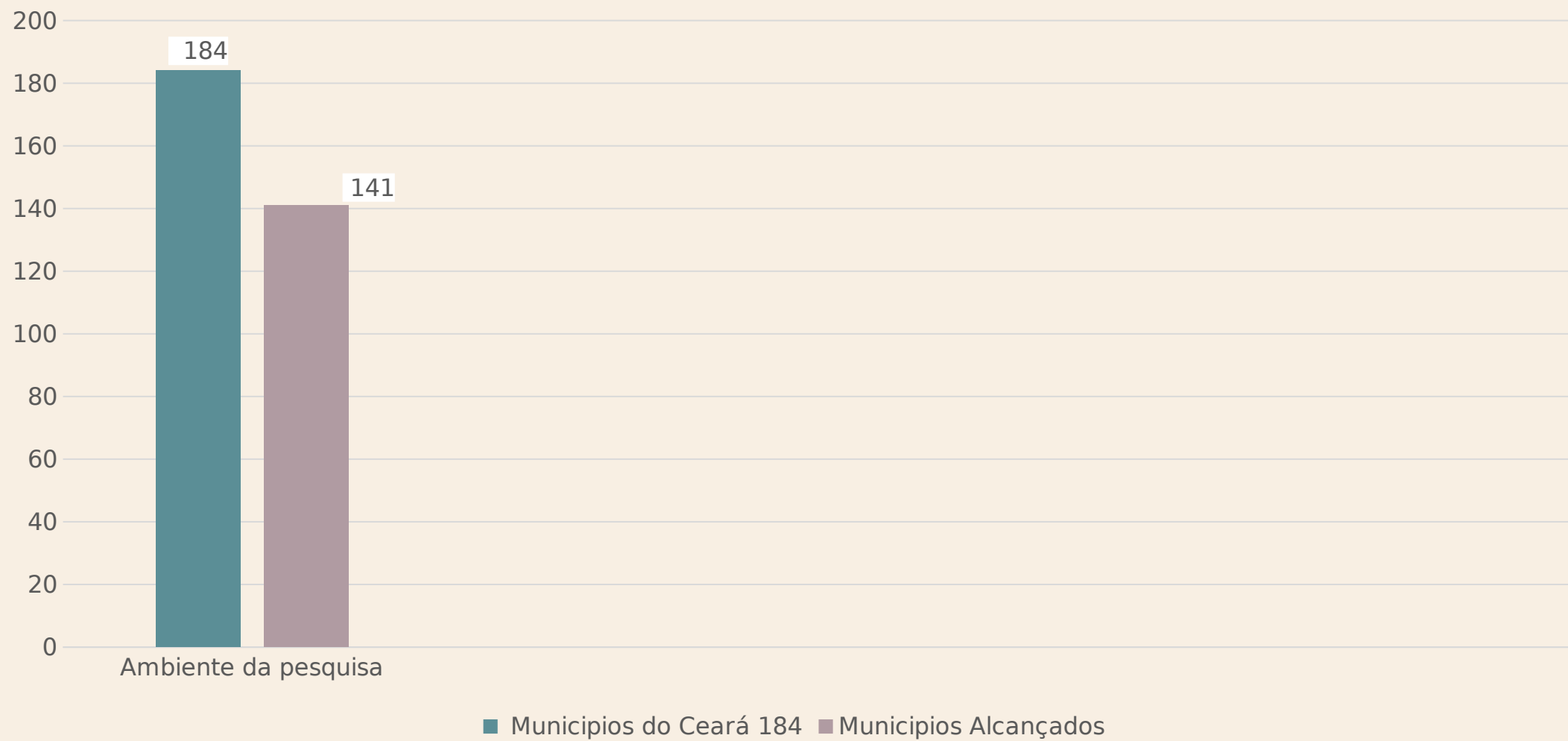
- ▯ Fagner Silveira – Quixadá - (88) 9.9633-1144
- ▯ José Martins Oliveira – Varjota - (88) 9.9854-4346
- ▯ Vitória Glenda Oliveira de Lima – Eusébio- (85) 9.8973-8761
- ▯ Anna Paula Mendes Araújo- Itaiçaba - (88) 9.9485-9225
- ▯ Jackson Patrik de Castro Bezerra – Quixeramobim – (88) 9.9382-5495
- ▯ Antônio Reginaldo Oliveira Lima – Baturité - (85) 9. 9438-5860
- ▯ Mauro Correia Pereira– Ocara – (85) 9.9207-0113
- ▯ Francisco Wellington da Silva Sousa- (88) 9.8198-9617
- ▯ Flavenn da Costa Freitas – (88) 9.9299-8631
- ▯ Júlio César Miranda dos Santos- Granja- (88) 9.9461-9178

RESULTADO DO LEVANTAMENTO SOBRE A SITUAÇÃO SALARIAL DOS CONSULEIROS TUTELARES DO ESTADO DO CEARÁ

METODOLOGIA

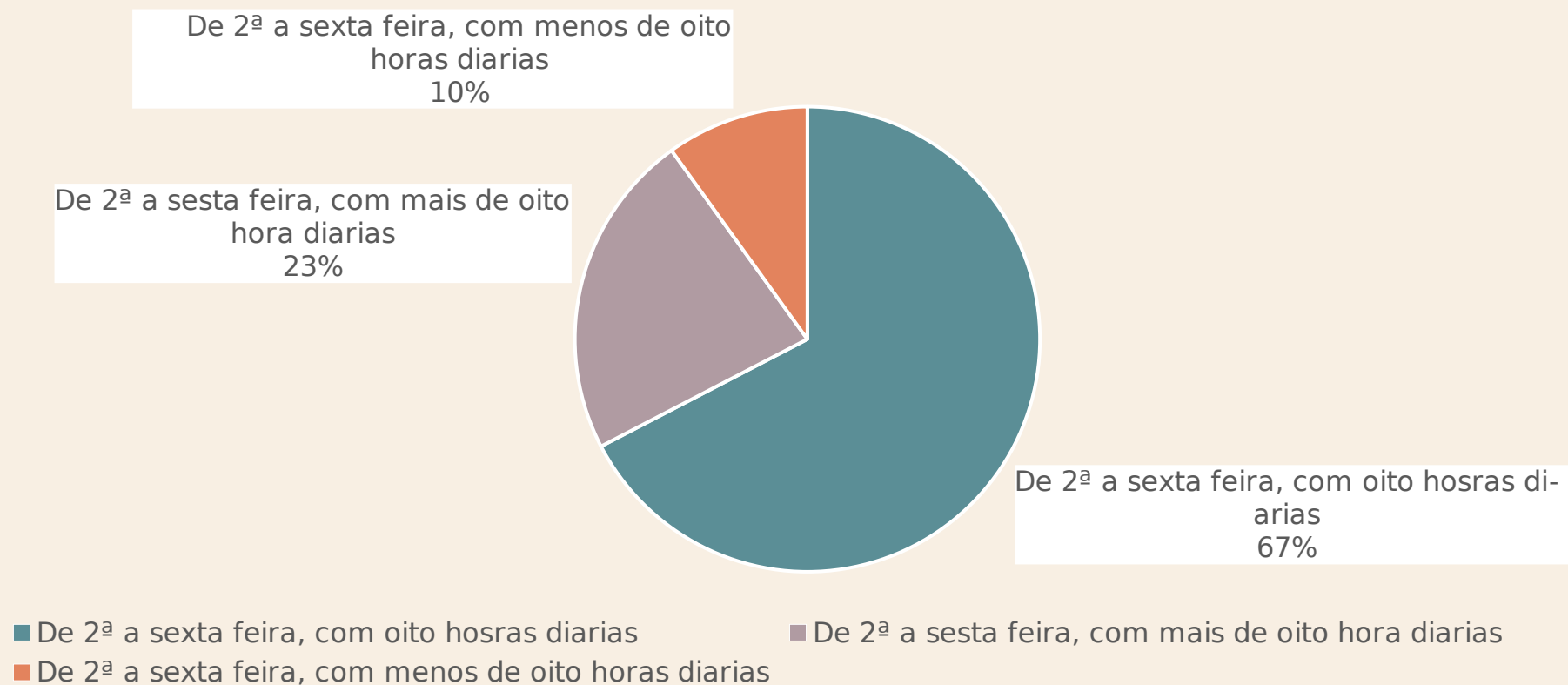
- ▮ Utilizamos questionário produzido no Google Forms, com total de 11 perguntas, sendo estas de múltipla escolha, mas também discursivas curtas e longas.
- ▮ Foram direcionadas diretamente aos Colegiados, onde todas as respostas coletadas exprimem o que os colegiados do Ceará vivenciam.
- ▮ Estão presentes nas questões a identificação de cada Conselho por cidade e com contatos institucionais, questões relacionadas diretamente a situação salarial e questões que se correlacionam com as situação salarial.

AMBIENTE DA PESQUISA



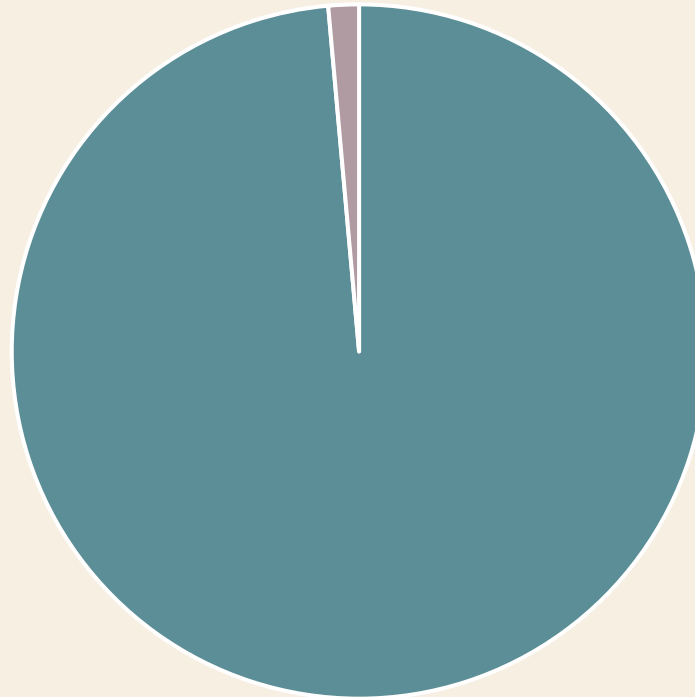
JORNADA DE TRABALHO

Em média qual é a jornada de trabalho semanal individual dos conselheiros no Conselho Tutelar?



JORNADA DE TRABALHO SOBREAVISO/PLANTÃO

Existe Plantão/Sobreaviso?



■ Sim ■ Não

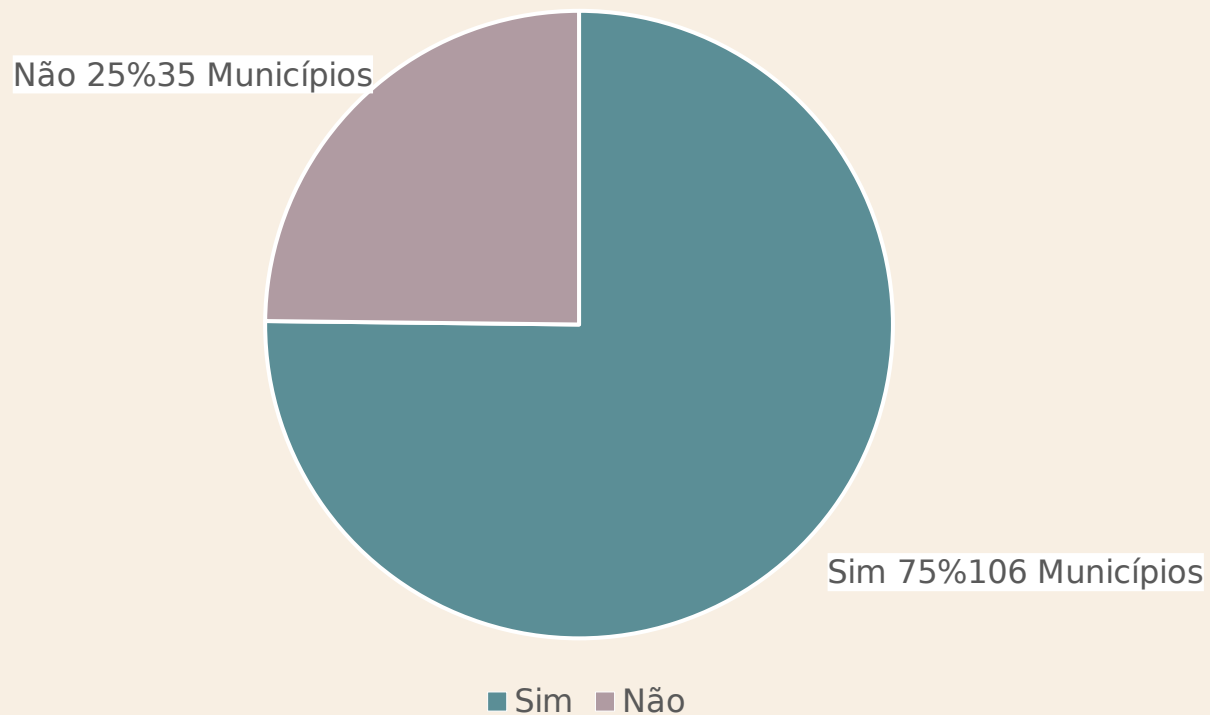
JORNADA DE TRABALHO SOBREAVISO/PLANTÃO

FUNICIONAMENTO DO SOBREAVISO

- ▮ “Conforme lei atual 1 conselheiro por sobreaviso das 17 as 8h do dia seguinte. Final de semana 1 conselheiro para todo o fim de semana.”
- ▮ “Sobreaviso semanal noturno, plantão sábado e Domingo em regime de Sobreaviso.”
- ▮ “Cada conselheiro tem de 6 à 7 plantões/sobreavisos mensais, sendo que existe todo dia um conselheiro no plantão/sobreaviso e um que fica como suporte para o plantonista do dia.”
- ▮ “Um conselheiro no sobreaviso de 17 ate as 08 horas do dia seguinte, aos fins de semana um conselheiro das 08 do sábado as 08 da segunda”

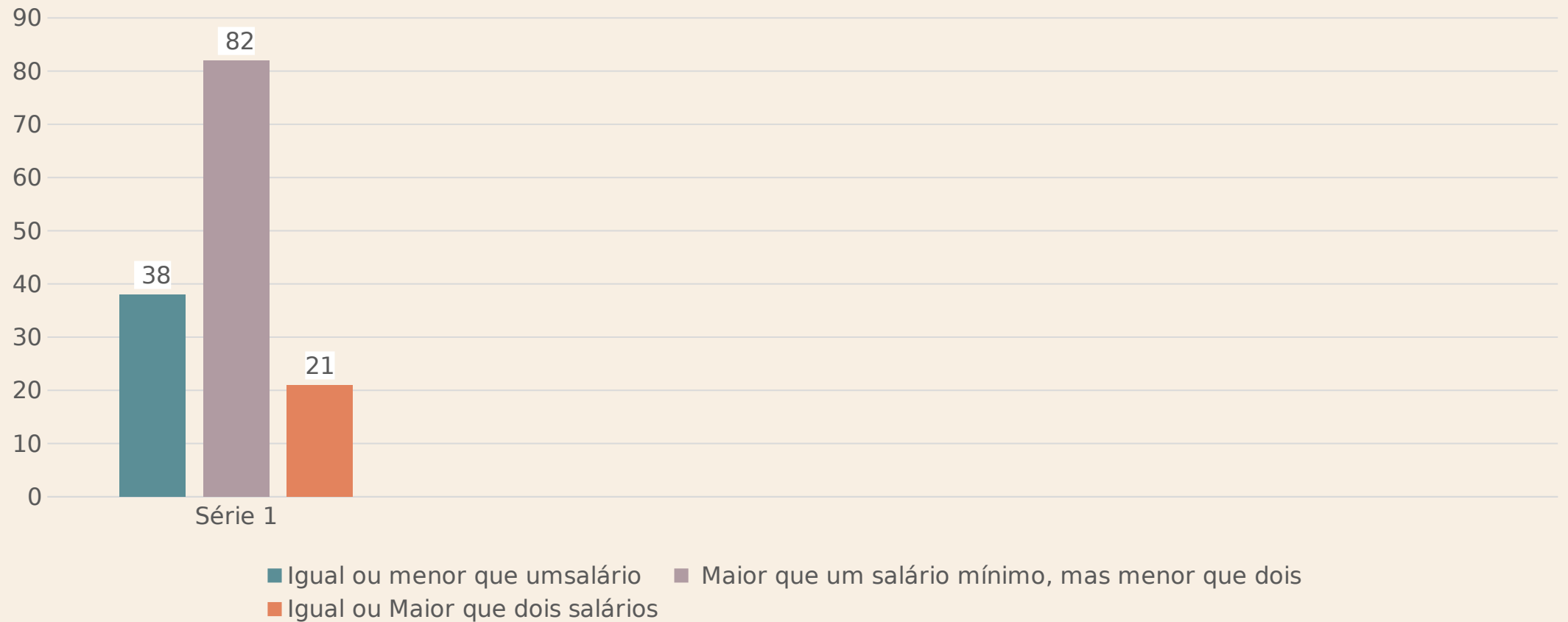
JORNADA DE TRABALHO SOBREAVISO/PLANTÃO

As horas trabalhadas em plantão são compensadas ou remuneradas?



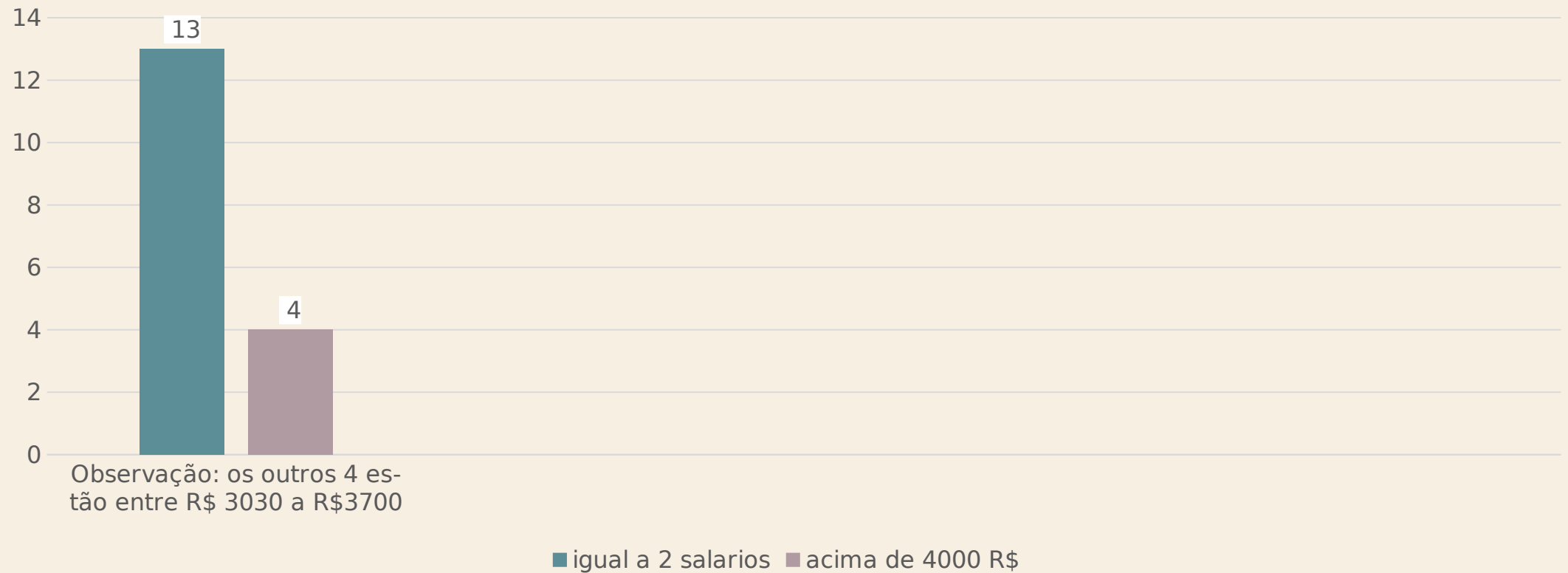
SITUAÇÃO SALARIAL

Com relação à remuneração atual do Conselho Tutelar, em qual destas opções se encaixa?



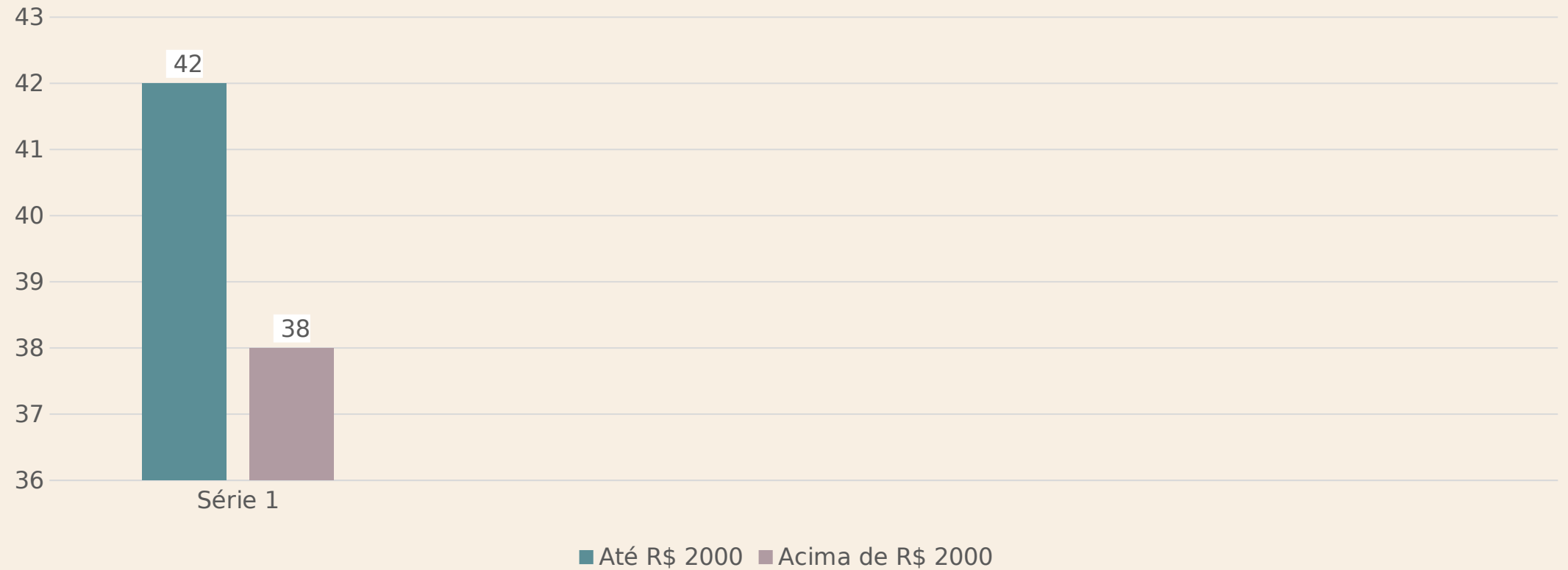
SITUAÇÃO SALARIAL

Dos 21 igual ou acima de 2 salários



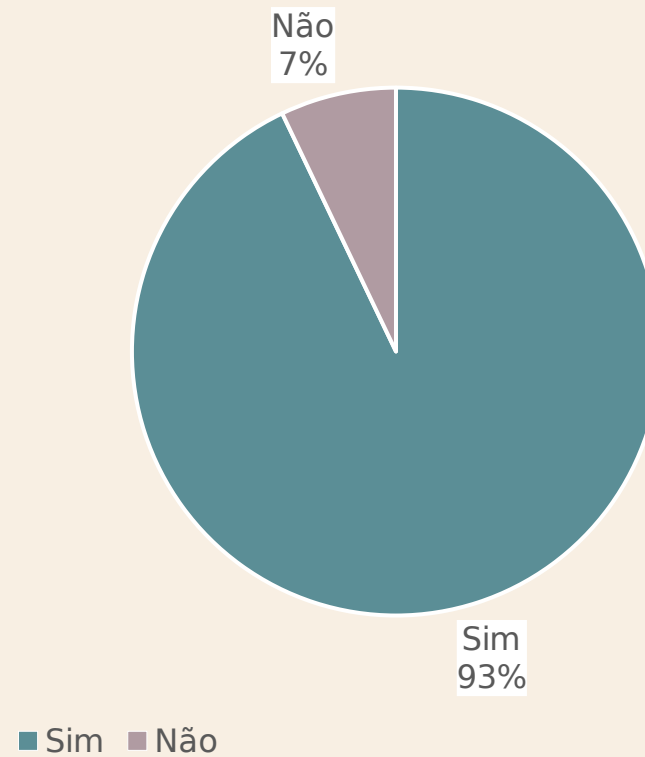
SITUAÇÃO SALARIAL

Recorte na faixa : Maior que um salario e menor que dois



DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Há exigência de dedicação exclusiva na lei municipal?



IMPACTO NO ORÇAMENTO POR FAIXA SALARIAL

- ▮ Municípios que pagam um salário mínimo;
Impacto por mês: R\$ 7.590
- ▮ Municípios que pagam um salário e meio;
Impacto por mês: R\$ 11.385
- ▮ Municípios que pagam dois salários;
Impacto por mês: R\$ 15.180
- ▮ Municípios que pagam dois salários e meio;
Impacto por mês: R\$ 18.975

**MOVIMENTO DE CONSELHEIROS E CONSELHEIRAS
TUTELARES DO
ESTADO DO CEARÁ
MCCTC-CE**

OBRIGADO!